



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

(MOC)



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

APRESENTAÇÃO

O MOC e a Erradicação da Pobreza Extrema

O Governo Dilma, em bom momento, declara ao país que meta sua fundamental e essencial será aquela da erradicação da pobreza extrema no país.

Meta ousada, num país de tamanha desigualdade e cuja estrutura existente em nada ajuda a dividir a renda, criar oportunidades para todos e todas, implementar a justiça. Ao contrário, tudo fala e se expressa em termos de desigualdades e injustiças, desde o nascimento das pessoas, umas cercadas de todas as condições de vida e de luxo e outras até mesmo sem acesso aos hospitais públicos, passando pelas outras oportunidades de vida: escola, educação, moradia, renda, terra.

O MOC, nos seus quarenta e cinco anos de vida sempre primou por buscar a justiça, as condições de vida digna para todas as pessoas e, por isso mesmo, sempre pautou suas ações pela perspectiva de organizar as pessoas para que elas, deste modo, possam buscar e concretizar seus direitos.

A história do MOC, deste modo, sempre se pautou e se pauta pela erradicação da pobreza e pelo crescimento da cidadania.

Seus programas expressam bem concretamente esta busca: **O Programa de Comunicação** busca a democratização da comunicação e o encarar deste processo enquanto um direito. Surgem assim rádios comunitárias, pequenos jornais, crianças realizam processos de comunicação, radio/postes e outras e outras maneiras através das quais a comunicação deixa de ser propriedade de um grupo privilegiado na sociedade, para ser direito de todos/as. A nosso ver, esta é uma maneira de erradicar a pobreza.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar atua na perspectiva de construir, com os agricultores e agricultoras familiares, um processo de assistência técnica que garanta: assistência técnica agroecológica, acesso ao crédito, beneficiamento da produção e acesso a mercado, com ênfase no mercado institucional. Os relatos deste relatório mostram o significado desta caminhada e o significado da mesma para a erradicação da pobreza. Mostra efetivamente que a valorização e a viabilização da agricultura familiar, com ações conjuntas, é chave na erradicação da pobreza. **O Programa de Água e Segurança Alimentar** caminha na mesma perspectiva, ao atuar no semiárido da Bahia na perspectiva de dotar as famílias de água potável de qualidade para consumo humano e de água para a produção de alimentos. **O Programa de**



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Gênero, busca organizar as mulheres, especialmente as rurais, na perspectiva da superação do machismo, da dupla jornada e de outras questões estruturais que as massacram e tornam objeto, tornando-as sujeitos de sua história econômica, social e política. **O Programa de Juventude, por sua vez,** organiza os jovens para que ocupem seus espaços nos municípios, interfiram nas políticas, tornando o ambiente do semiárido espaço digno de vida para todos especialmente os jovens. **O Programa de Educação , por sua vez,** quer construir uma política pública de educação que respeite e valorize a realidade do campo e dela parta para a construção do conhecimento, construindo conhecimentos e saberes que contribuam para o desenvolvimento da região. Assim, quer construir uma educação contextualizada.

Com este conjunto de ações e programas o MOC projeta a cada ano, sementes e frutos da erradicação da pobreza, enfatizando que as pessoas devem ser sujeitas de seus destinos e de suas histórias e não pura e simplesmente beneficiárias de ações, sejam elas oriundas de quaisquer fontes que sejam.

O MOC sempre acreditou e acredita que a história pode ser mudada, que a justiça pode florescer que o mundo pode ser de todos e de todas, que todas as pessoas constroem conhecimentos e são sujeitos de suas histórias. Por isso que nos seus quarenta e cinco anos de vida sempre investiu nas pequenas coisas, nas ações miúdas, no conhecimento das comunidades para a solução dos seus problemas e rechaçou as grandes obras, nas quais os pequenos sempre se tornam mais marginalizados.

Deste modo, no momento em que muitas das ações que sempre implementou são anunciadas enquanto políticas, o MOC não pode deixar de se alegrar.

Contudo, fiel aos seus princípios de ser propositivo e crítico, o MOC lamenta que nas políticas de erradicação da pobreza não conste a reforma agrária e a regularização das terras das comunidades tradicionais, não constem elementos mais significativos de caráter estruturante que marquem uma mudança mais radical das orientações de Governo para a erradicação da pobreza.

Deste modo, ao lado de vibrar e apoiar determinadas ações continuará lutando e desempenhando nosso papel crítico de sociedade civil, na linha do efetivo combate a pobreza.

Naidison de Quintella Baptista

Secretário Executivo do MOC



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

A ERRADICAÇÃO DA POBREZA NA LEITURA DE NOSSOS PROGRAMAS

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PFAF), desenvolvido e implementado pelo MOC, no decorrer de 2011 explicita sua busca em atender demandas e exigências de redução e erradicação da pobreza no semiárido baiano.

Sendo assim, este documento descritivo pretende apresentar, de modo sintético, as ações do PFAF. São ações que se agrupam em dois subprogramas: o subprograma de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o subprograma de Acesso ao Mercado (SAM). Será, assim, dentro deste esquema que os processos serão relatados.

Ao definir-se enquanto programa promotor do fortalecimento da organização social, da produção de alimentos, como instrumento indispensável à segurança alimentar, do acesso ao crédito, ao mercado justo e solidário e fomentador da transição agroecológica, o PFAF incorpora as diversas tentativas de erradicação da pobreza, no contexto do semiárido baiano, implementadas pelo MOC.

O atendimento às novas demandas de assistência técnica e de acesso ao mercado, desenvolvidos pela entidade, voltados à erradicação da pobreza no semiárido aparecem, assim, como uma das várias possibilidades de melhor fazer a gestão do programa. Para entendimento, descreveremos nesse relatório de atividades como o MOC vem elaborando e executando ações e/ou projetos direcionados à erradicação da pobreza, prevista nos subprogramas de ATER e SAM.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Para tanto, num primeiro momento, relatamos sucintamente como aparece a nova conjuntura legal de assistência técnica brasileira e como o MOC se estruturou para respondê-la e os resultados obtidos, a partir de suas ações, programas e projetos.

Posteriormente, descrevemos as ações desenvolvidas pela entidade para atender as demandas de acesso a mercado. Objetivamos, assim, como essa descrição de atividades, apresentar os avanços e desafios obtidos pelo MOC no decorrer de 2011.

I - SUBPROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

UM NOVO PARADIGMA: PERSPECTIVAS E AVANÇOS NOS PROCESSOS AGROECOLÓGICOS

1. O processo de assistência técnica

No ano de 2011 o processo de construção de propostas para ATER no âmbito nacional e estadual sofreu uma série de alterações em função da aprovação da nova Lei federal igualmente daquela estadual de ATER, norteadoras da assessoria técnica e de extensão rural no país, tendo como enfoque a agroecologia, expressão de melhoria no acesso às políticas públicas para agricultura familiar.

O subprograma de ATER, começa ao longo desse ano, a responder ao novo modelo proposto pelas chamadas públicas federais que tiveram como objeto temático central, o fortalecimento da organização social e a produção de alimentos para segurança alimentar e transição agroecológica.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

A partir dessas novas exigências, o MOC e alguns parceiros na região, passam a pensar e executar, com nova dinâmica, esse subprograma considerando no bojo de suas ações alguns pontos relevantes e se apropriando de metodologias adequadas ao bom andamento do processo. Entre outros queremos destacar as seguintes questões:

- A possibilidade da garantia sistemática e contínua da ATER, possibilitando acompanhamento a 2.700 famílias agricultoras, com foco na transição agroecológica, segurança alimentar, produção de alimentos e fortalecimento da organização social.
- Realização de 280 reuniões coletivas, com a participação de aproximadamente 8.400 pessoas, debatendo e encaminhando ações e processos agroecológicos e de convivência com semiárido.
- Visitas técnicas periódicas, coletivas e individuais, projetando-se o atendimento às 2.700 famílias, tendo cada família recebido três visitas, totalizando 8.100. Essas visitas visaram orientar as famílias na construção dos mapas e dos planos de ação das propriedades, além de aprofundar os conhecimentos relativos às temáticas citadas acima.
- Realização de atividades coletivas na modalidade seminários, cursos, oficinas, dia de campo e intercâmbios com vista a trabalhar a temática planejamento e outros processos da caminhada.

Os momentos coletivos, garantidos por meio da participação de 40% dos envolvidos e sujeitos, foram pontos fortes no processo de assessoria técnica, fundamentados na metodologia da participação, propiciando o acesso e a participação das pessoas na tomada de decisões. Também por isso se centrou importância na dimensão da troca de saberes entre as famílias e o debate entre elas sobre as diversas temáticas: educação contextualizada,



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

agroecologia, estocagem de água, organização social, crédito, juventude, gênero e segurança alimentar.

2. ATER para mulheres

É de se destacar também a realização de cursos e oficinas voltadas para melhoria da qualidade de vida das mulheres trabalhadoras rurais. Essa ação vislumbra, sobretudo, pensar num modelo de sociedade na qual homens e mulheres tenham igualdade de oportunidades sócio, política e econômica.

A temática dos cursos e oficinas foi pautada nos princípios agroecológicos e as relações sociais de gênero, contribuindo significativamente na formação das mulheres na perspectiva do seu empoderamento. Neste ano, 160 mulheres rurais tiveram acesso a assistência técnica e extensão rural.

Durante o período de formação, que envolveu um número expressivo de mulheres, foram debatidas questões acerca da dimensão de gênero na perspectiva do empoderamento feminino e visibilidade no campo da produção, bem como, a reflexão sobre os princípios agroecológicos tendo como foco a participação das mulheres nos processos de gestão da propriedade, além de pensar estratégias para a construção de relações mais justas entre os gêneros.

3. ATER e Captação de Água para Produção

Através da parceria entre MOC e o extinto Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ), foi possível possibilitar o acesso à água, através de tecnologias inovadoras, juntamente com processos de assistência técnica, contribuindo para a transformação da realidade. Fruto desta parceria, temos os seguintes dados: Foram realizadas ações formativas, no total de 42 cursos direcionadas ao afloramento de sentimentos coletivos de solidariedade e ampliação de



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

práticas de transição agroecológica a partir da apropriação de tecnologias de captação e armazenamento de águas da chuva, dentre os quais destacamos:

- 1.134 pessoas foram atendidas diretamente e 4.762 pessoas indiretamente pelas ações do projeto;
- Os participantes em sua grande maioria foram agricultoras e agricultores familiares, e jovens, elemento essencial na definição das tecnologias utilizadas nos trabalhos. Sendo que 174 famílias foram beneficiadas diretamente com as tecnologias inovadoras de captação de água da chuva para produção de alimento;
- Totalizando a capacidade de armazenar 72.256 m³ de água nos barreiros, limpezas de aguadas e cisternas;
- Preocupação na preservação e recuperação das áreas degradadas onde as tecnologias de captação de água foram implementadas, sendo distribuídas 725 mudas nativas e frutíferas;

Ao analisarmos os resultados dessas ações podemos constatar que o abastecimento de água ainda é um problema para muitas famílias que vivem no semiárido, não pela falta d'água, mas, sobretudo, pelo não armazenamento dela. E muitas famílias não têm como captar e armazenar esse recurso natural. A nova prática modifica processos anteriores, da política de combate a seca, onde grandes obras são construídas, acumulando grandes volumes de água, muitas vezes em áreas que não permitem o acesso das pessoas, centralizada na propriedade de latifundiários, que usam esse recurso como bem próprio.

Nos últimos anos, outra história vem sendo construída, através da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e organizações a ela filiadas, que defende e pratica a descentralização da água por meio de tecnologias de captação e armazenamento simples e acessíveis à população. Começou-se a constatar,



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

na prática, que é possível descentralizar e democratizar a oferta de água para consumo humano quanto para a produção de alimentos.

Assim, com a implantação das tecnologias e um pouco de chuva foi possível ampliar os processos das iniciativas agroecológicas e de convivência com semiárido nas propriedades, muitas famílias produzem hortaliças, cultivando forrageiras e fruteiras, o que garante uma melhoria na renda, além de possibilitar segurança alimentar e nutricional destas famílias.

Pensando nas estratégias de ampliarmos essa dinâmica, o MOC aprovou mais um projeto junto a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte de Bahia (SETRE) objetivando o fortalecimento dos fundos solidários de sementes e animais que contribuirão na dinamização dessas ações.

Em fase à conclusão de um ciclo completo de atividades do PFAF, no ano de 2011, ficou constatado que as ações desenvolvidas com propósitos formativos, inclusivos, socializadores, participativos e descentralizadores, por meio de atividades individuais e em grupo, com vista a fortalecer a agricultura familiar na tentativa de erradicar a pobreza foram bem sucedidas nesse trabalho.

Ao longo de todo o processo, foi feito um resgate cultural e social dessas famílias através das atividades propostas, cursos, seminários, dia de campo, rodas de conversa, palestras, oficinas, na perspectiva de fortalecer o contexto local e garantir a autonomia das famílias envolvidas.

Assim, verifica-se a importância de se entender que determinadas políticas públicas de caráter popular só se efetivam quando os esforços conjugados são direcionados a atender e respeitar os principais sujeitos do processo, os agricultores e agricultoras familiares em condições de vulnerabilidade social.

Desta forma, concluímos que ações/projetos/programas direcionados a criação de condições favoráveis para segurança alimentar e nutricional com base nos princípios agroecológicos devem ser priorizados no contexto do semiárido



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

baiano caso queiramos resolver o problema histórico da pobreza que acomete nosso povo.

II - SUBPROGRAMA DE ACESSO À MERCADO

1. Empreendimentos Econômicos Solidários buscando a sustentabilidade

No ano de 2011, o Subprograma de Acesso a Mercados (SAM), priorizou o acompanhamento técnico sistemático a duas organizações regionais: Agência Regional de Comercialização da Bahia (Arco Sertão Bahia) e a Rede de Produtoras da Bahia (RPB), assim como a 23 dos/das seus/suas respectivos/as filiados/as, sejam grupos formais em associações e cooperativas ou não formais, enquanto Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de formação mista entre homens e mulheres e/ou exclusivamente formadas por mulheres da região. A escolha destas organizações se deu pelo fato de que a atuação das duas organizações, Arco Sertão Bahia e Rede de Produtoras da Bahia, nos espaços de construção/implementação das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar e Economia Solidária, vem contribuindo na visibilidade do trabalho dos agricultores e agricultoras familiares, tornando possível, inclusive, a contribuição destes atores sociais na publicação de dois cadernos sistematizados de suas experiências através do MOC.

As entidades acompanhadas pelo subprograma ocupam espaços estratégicos que merecem ser destacados. A Arco Sertão passou a integrar a Coordenação do Fórum Estadual e Nacional de Economia Solidária, o Conselho Estadual e Nacional de Economia Solidária, a Câmara Técnica Estadual de Comercialização, o Comitê Estadual do Selo da Agricultura Familiar e faz parte



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

da construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Seus dirigentes, também integram diretorias de diversas entidades como a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) o Conselho de Desenvolvimento Rural do Território do Sisal (Codes Sisal) e o CODES Bacia do Jacuípe. A Rede de Produtoras da Bahia, por sua vez, continua a fazer parte do Comitê Gestor Ampliado do Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais¹, do Fórum Estadual de Economia Solidária, do Fórum de Mulheres da Região Semiárida, do CODES Sisal, da Secretaria de Mulheres da UNICAFES e Rede de Mulheres do Nordeste.

2. As principais cadeias produtivas priorizadas

Ao eleger, desde 2007, as cadeias produtivas do mel, da caprino-ovinocultura, das frutas nativas, da mandioca e das fibras naturais como prioritárias, o MOC, juntamente com as organizações integrantes da ARCO SERTÃO e da Rede de Produtoras da Bahia, procurou fomentar processos de valorização destes produtos e inserção dos grupos nos diversos mercados, especialmente nos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Para as cadeias produtivas do mel e da caprino-ovinocultura, deu-se continuidade ao acompanhamento técnico aos/as agricultores/as familiares, buscando potencializar estas cadeias, com foco na organização e infraestrutura adequadas para a certificação. A Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores do Semi-Árido do Estado da Bahia (COOAMEL) firmou parceria com o Companhia de Desenvolvimento de Ação Regional (CAR) para a construção do Entrepasto do mel e uma Unidade de Beneficiamento de mel (Casa do mel) que irão viabilizar a certificação e comercialização dos produtos

¹ Este comitê é constituído por Redes Regionais e Nacional que representam grupos de mulheres produtoras e pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Pesca, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Meio Ambiente, além da Companhia Nacional de Abastecimento.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

dos/as seus/suas filiados/as. Firmou parceria também com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), para formação e capacitação dos/as apicultores/as, algo previsto para início no ano de 2012. Atualmente vêm sendo comercializados 9500 quilos de mel por ano em sachê para alimentação escolar, em parcerias com as organizações locais dos apicultores e apiculadoras.

Já no campo da ação caprino ovinocultura vem sendo debatida a construção de políticas territoriais de infra-estrutura para adequação nas normas legais. Neste sentido, no Território Bacia do Jacuípe, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Infra-estrutura da Agricultura Familiar (PROINF), foi viabilizada a construção do abatedouro e frigorífico de bovinos, encontra-se fase final de construção o de caprino-ovinocultura. No território do Sisal, a construção do abatedouro e frigorífico de caprino-ovinocultura, localizado no município de Barrocas, encontra-se em fase final da construção.

Já naquilo que se refere às cadeias das frutas nativas e mandiocultura, estão sendo trabalhadas de maneira conjunta, uma vez que a maior parte dos EES que trabalham com uma também estão envolvidas com a outra. Neste sentido, vem sendo dinamizado o acompanhamento aos empreendimentos na orientação de forma sustentável da produção e da agregação de valor, fomentando a utilização do manejo agroecológico das frutas nativas e da mandioca. Em 2011, foram priorizados a qualificação da produção e diversificação com formação prática e intercâmbios entre os EES como também, elaboração de projetos de investimentos em equipamentos (fogão, freezer, geladeira, ar condicionado, microondas entre outros) para os EES.

A Arco Sertão e RPB contaram também com parceria com o Instituto Consulado da Mulher, no Programa Usinas do Trabalho que tem como finalidade principal, viabilizar a inclusão social de mulheres em situação de vulnerabilidade social com apoio de equipamentos para o desenvolvimento de sua linha de produção. Em parceria com o Programa, foram 10 Usinas do



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Trabalho implementados nos EES filiadas à Arco Sertão e 04 Usinas do Trabalho implementados nos EES filiadas à RPB no ano de 2011.

Finalmente para o artesanato de Fibra e Palha o SAM juntamente com os EES buscaram a superação do gargalo que é a comercialização dos produtos. Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia, organizações representativas dos EES vem buscando soluções para o grande desafio do artesanato, neste sentido além das oficinas de qualificação da produção, as organizações participaram de diversas exposições e comercialização dos produtos e também participaram da Chamada Pública Talentos do Brasil Rural – Agricultura Familiar, da qual ambas foram selecionadas, assim em 2012 serão desenvolvidos com os EES ações focadas no desenvolvimento de produtos que atendam a demanda do mercado turístico. Ao mesmo tempo as organizações terão espaços nos principais pontos turísticos do país, como exemplo o mercado de Salvador. Por outro lado, serão capacitadas para atender a demanda que surgirá com a reunião da Copa do Mundo de 2014, na qual Salvador será uma das cidades sede. No final do ano de 2011, iniciou-se as ações com as organizações do Talentos do Brasil Rural neste sentido.

3. Geração de trabalho e renda para os agricultores e as agricultoras familiares, através da organização e no acesso os mercados tradicionais, justos, solidários e institucionais

Dando continuidade na busca de mecanismos mais eficientes de comercializar os seus produtos, Arco Sertão Bahia e Rede de Produtoras da Bahia vêm buscando a ampliação da participação nos mercados tradicionais locais (supermercados, mercadinhos, feiras livres e encomendas), institucionais (PAA e PNAE) da seguinte maneira: 03 projetos em execução, 09 propostas contratadas com início de execução para 2012, além de 05 contratos de fornecimento de alimentação firmados por meio de licitação pública e participações em Feiras e eventos municipais, regionais, estaduais e nacional.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Como também, na implementação da Lei da Alimentação Escolar que obriga que as Prefeituras comprem, ao menos, 30% dos produtos destinados a alimentação escolar, da agricultura familiar. Atualmente dos 14 municípios acompanhados pelo SAM onze estão comprando produtos da agricultura familiar nos EES (Teofilândia, Biritinga, Quijingue, Tucano, Conceição do Coité, Serrinha, Retirolândia, Valente, Ichú, Santa Luz e Nova Fátima) para alimentação escolar. Avançou também, a comercialização dos produtos para as escolas estaduais através de chamadas públicas.

Com destaque em 2011, A Arco Sertão Bahia participou da Exposição Agropecuária de Feira de Santana (EXPOFEIRA), tendo os produtos das suas filiais e de empreendimentos econômicos solidários do estado expostos e comercializados no mini-supermercado montado durante a exposição e gerido pela Arco Sertão, com sucesso em vendas.

E também, A Arco Sertão Bahia, Rede de Produtoras da Bahia e seus/suas respectivos/as filiados/as em comemoração da semana 8 de março – Dia da Mulher - realizaram a exposição e comercialização dos produtos na parte interna do Boulevard Shopping em Feira de Santana, na segunda edição, denominada “II Expor Mulher” e contou com a parceria do Centro São João de Deus, da UNICAFES, da REPARTE e do MOC para a realização da feira. E Também estiveram presentes nas mais importantes feiras nacional, estadual e Territoriais do setor em 2011.

Os EES vêm buscando a regularização da documentação necessária para o acesso a diversos mercados como: o alvará de funcionamento, declaração de aptidão da agricultura familiar jurídica e o selo da agricultura familiar. Atualmente são 08 EES com cessão de uso do selo da agricultura familiar. Em posse deste selo, os EES podem pleitear a inserção de seus produtos em mercados como a Empresa Baiana de Alimentos (EBAL), que mantém supermercados nas principais cidades do estado da Bahia, tendo espaço direcionado para os produtos da agricultura familiar.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Para a obtenção de capital de giro para estruturação do espaço como reforma, na compra de equipamento e matéria prima para a produção, os EES foram incentivados pelo MOC a buscar e obter financiamentos, resultando no acesso ao crédito por parte de 02 EES junto a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar, 15 EES junto ao Fundo Solidário, gerenciado pela RPB, 14 EES junto ao Fundo Solidário, gerenciado pela Arco Sertão com recursos ambos oriundos do Banco do Nordeste. E para 2012, a Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia implantará o Fundo Rotativo Solidário para seus/suas filiados/as acessarem, com recurso oriundo do Governo do Estado da Bahia, através da SETRE.

Neste contexto, chamamos a atenção para os seguintes fatos:

- A RPB vem se firmando nos dois espaços solidários, de prestação de serviços (fornecimento de alimentações e hospedagens), bem como dois espaços de comercialização dos artesanatos (lojas em Feira de Santana e em Santa Luz). Vale ressaltar que somente em 2011 a RPB venceu 05 licitações públicas de fornecimentos de alimentação e hospedagens, tendo contratos que envolvem todos os EES filiados que trabalham com alimentos durante 12 meses. Fruto destes contratos, neste ano, a Rede movimentou em torno de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), valor este que beneficiou as mulheres que fornecem hortaliças, temperos, polpas de frutas, doces, biscoitos, farinha e feijão, mas também aquelas que se dedicam a preparação dos alimentos e a manutenção do espaço de realização dos eventos.
- Em fase inicial de construção, a sede da Arco Sertão com espaço de comercialização para os produtos dos/as ESS filiados/as, espaço de formação e escritório, com previsão de término no primeiro semestre de 2012. Essa conquista se deu pela longa caminhada de história e articulação política da Arco e a força dos empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar nos Territórios do Sisal, Bacia do



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Jacuípe e Portal do Sertão, que tem a parceria com o Governo Estadual, através da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC) e Prefeitura Municipal de Serrinha.

Dentro do campo do acesso a mercados, no entanto, um obstáculo que se percebe é a informatização dos EES, uma vez que a maior parte deles não possui infraestrutura de informática (computador e impressora), assim como desconhecem as técnicas de manuseios dos mesmos, ocasionando dependência da assessoria no que tange aos registros e elaboração de projetos, como PAA e PNAE. Neste campo, a RPB em convênio com o Instituto Oi Futuro vem desenvolvendo o projeto Mulheres do Sertão: Mulheres em Rede, por meio do qual, 10 EES formados por mulheres receberam kit's de informática e estão sendo capacitadas para manusear os equipamentos, assim como para utilizá-los tanto no auxílio dos processos de auto gestão, bem como no acesso a mercados.

CONCLUSÃO

No ano de 2011, o MOC, através dos Subprogramas de Assistência Técnica Rural e Acesso a Mercado, desenvolveu suas ações e/ou atividades sustentadas em metodologias participativas, como fundamento essencial para o estabelecimento de relações capazes de melhorar significativamente o desempenho produtivo de cada família envolvida nos referidos subprogramas.

Entendíamos que a realização de atividades e/ou ações de assessoria e acompanhamento técnico na modalidade seminários, cursos, oficinas, dia de campo e intercâmbios, sustentados em metodologias participativas, era imprescindível ao processo de compreensão e inquietação por parte dos agricultores e das agricultoras presentes de que são agentes ativas na construção do desenvolvimento sustentável. Além disso, outros elementos foram valorizados nessas atividades e/ou ações, a exemplo da realização de



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

atividades voltadas para compreensão da importância do planejamento enquanto instrumento fundamental para se conhecer os limites produtivos e as suas potencialidades, o estabelecimento de parcerias como forma de garantir a importância da organização comunitária na construção do acesso às políticas públicas e a conquista de espaços favoráveis no mercado garantidores de emprego e renda.

O SAM juntamente com a Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia e seus/suas filiados/as avançou em 2011, na estruturação dos empreendimentos e ampliação de acesso à mercados através da intensificação na formação continuada com os empreendimentos econômicos solidários nos processo de gestão, produção e comercialização com o nivelamento dos agricultores e das agricultoras por meio de troca de saberes e sabores entre eles e elas.

Dois pontos que merecem destaque são: Arco Sertão Bahia e Rede de Produtoras da Bahia firmaram-se enquanto redes representativas dos empreendimentos econômicos solidários com projetos próprios para desenvolvimentos das suas ações juntamente com seus/suas filiados/as através das demandas existentes. O outro ponto, é a participação massiva das mulheres na comercialização nos mercados, garantido não só o empoderamento econômico, mas também o social e político, na participação e ampliação no debate das políticas públicas sobre produção, crédito e comercialização.

Esse modelo de uma nova economia acontece nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão e essa economia de forma justa e solidária que vem fazendo a inclusão das mulheres na geração de trabalho e renda com a transformação de um sertão mais justo.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

AÇÕES DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

<p>Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 12 EES diretamente envolvidos com o PAA.</p> <p>280 agricultoras comercializando via PAA. 47 agricultores comercializando via PAA. 12.681 beneficiários/as consumidores/as.</p> <p>979.748,70 Reais foi o valor total dos projetos contratados pelo PAA.</p> <p>Arco Sertão com Fundo Rotativo Solidário constituído para uso dos EES filiados no valor de R\$ 434.000,00. Oriundo de convênios com Banco do Nordeste Brasil – BNB e Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE.</p> <p>160 Mulheres rurais com acompanhamento sistemático na gestão, produção e comercialização através, da chamada publica de ATER para Mulheres pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA</p>	<p>Mulheres dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão participam da II. EXPOR MULHER no Boulevard Shopping em Feira de Santana, em comemoração ao dia 08 de março.</p> <p>COOPEREDE é certificada pela Fundação Banco do Brasil como Tecnologia Social, sendo finalista da categoria Participação das Mulheres na Gestão de Tecnologias Sociais</p>
--	--

Por tudo isso, entendemos que a execução dos subprogramas ATER e SAM, guardadas as dificuldades apresentadas, se deu de forma satisfatória, tanto para a equipe técnica como para os agricultores e agricultoras envolvidos. Deste modo, essa experiência não se esgota com a conclusão das atividades, pois os reflexos contribuem para pensar as novas ações, no sentido de



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

fortalecimento do MOC e da garantia da melhoria das condições de vida das famílias atendidas, tendo em vista, a redução e erradicação da pobreza.

PROGRAMA DE ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Em 2011, o Programa de Água e Segurança Alimentar (PASA) continuou desenvolvendo suas ações no intuito de proporcionar às famílias da zona rural do semiárido baiano, em especial, dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão o acesso às políticas públicas que visam garantir a água para segurança alimentar e nutricional. Sendo assim, o PASA, em parceria com as organizações da sociedade civil e do poder público, num processo contínuo de mobilização social e formação vem contribuindo para democratização do acesso a água de qualidade para consumo humano, bem como para a produção de alimentos e dessedentação dos animais na perspectiva da política de convivência com o semiárido e da segurança alimentar. Tais ações minimizam a extrema pobreza corroborando com a inclusão social e política das famílias.

A seguir detalharemos como as ações do Programa são efetivadas:

Comissões Executivas municipais consolidadas debatendo propostas e ações de convivência com o semiárido

Desde o início do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, o P1MC, lançado pela Articulação do Semiárido



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

(ASA) em 1999, que o PASA/ MOC atua na formação das Comissões Executivas Municipais capacitando-as no que tange ao controle social de políticas de água, bem como na necessidade de mobilizar as comunidades e famílias sensibilizando-as na luta e conquista de seus direitos. Frutos desse trabalho, atualmente contamos com representantes de entidades da sociedade civil organizada empoderados no debate da convivência com o semiárido em espaços estratégicos como: o Grupo de Trabalho (GT) de Meio Ambiente do Conselho de Desenvolvimento Sustentável Rural da Região Sisaleira da Bahia (CODES Sisal), na captação de recursos para construção de cisternas através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Rural (CAR), na inserção de recursos no orçamento municipal, no incentivo às famílias para a organização comunitária através de cooperativas e associações.

O nosso papel em 2011 foi intensificar as formações com as comissões municipais e microrregional a fim de refletir sobre sua atuação diante da nova conjuntura política, no que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar. Essas comissões assessoram os agricultores/as contemplados com as cisternas de produção de alimentos para que conheçam e acessem a Política Nacional de Alimentação Escolar, possibilitando que os produtos oriundos da produção agrícola sejam inseridos no cardápio escolar.

Nesse cenário nos deparamos com os novos arranjos dos municípios no processo de universalização. Essa universalização faz parte do Plano Brasil sem Miséria. A meta do Governo Federal é que **750 mil famílias** residentes da zona rural, em especial, do semiárido tenham acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para consumo humano. Sendo assim, até 2013, a expectativa é de construir 750 mil cisternas. Além disso, o Plano ainda objetiva ampliar o acesso de 600 mil famílias à água para produção e criação de animais através de cisternas, sistemas simplificados, sistemas de irrigação para pequenas propriedades e recuperação de poços artesianos. (PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2012). O Plano Brasil sem Miséria é uma agenda



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

política de governo. Entretanto, a meta do acesso a água através da proposta de universalização, nasce concretamente da articulação e da mobilização das diversas organizações inseridas na ASA e em outras organizações e redes da sociedade civil organizada que ocupam espaços estratégicos, como: os conselhos de segurança alimentar e nutricional (CONSEA), os fóruns da agricultura familiar e da agroecologia tanto na esfera nacional quanto na estadual, os conselhos de desenvolvimento territorial, dentre outros. Nesses espaços, pauta-se a viabilidade da política pública de convivência com o semiárido no que diz respeito a captação e armazenamento da água de chuva através da implementação de tecnologias sociais comprovadas ao longo dos anos pelos próprios agricultores/as familiares.

A esse processo se alia a vontade política do Governo de combater a miséria extrema no país, escolhendo como um dos instrumentos e metas para viabilizar este combate o acesso a água, de modo especial no semiárido.

Com esse olhar, afirmamos e reafirmamos a caminhada do empoderamento das comunidades, das pessoas na definição das tecnologias apropriadas que resultam na independência política, na libertação dos oprimidos e na erradicação da pobreza. A metodologia aplicada pela ASA é adotada nas diversas ações desenvolvidas pelo Programa de Água e Segurança Alimentar do MOC. Tais ações estendem-se desde a mobilização social e política até a formação e concretização da política de acesso a água para beber e cozinhar e para produção de alimentos e dessedentação de animais.

No decorrer de 2011, os desafios foram ganhando força, muitos oriundos da criminalização das organizações da sociedade civil (ONG's) através do decreto que suspendia o repasse de recursos públicos para ong's. Sem diferenciar o joio do trigo, a ASA, também foi vitimada, por conseguinte, as Unidades Gestoras Microrregionais, dentre elas o Movimento de Organização Comunitária (MOC). A efetivação da política de convivência para o semiárido



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

foi ameaçada retornando à pauta governamental ações de combate à seca, como, por exemplo, a distribuição das cisternas de plástico/ pvc. Para evitar esse retrocesso político, a ASA e seus parceiros, marcam a história da democracia brasileira mostrando seu poder de mobilização. As organizações que compõem a ASA (APAEB's, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR, Cooperativas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, Pastorais, Igrejas Católica e Evangélica, Associações Comunitárias, dentre outros) mais uma vez ocupam as ruas de Juazeiro, Bahia e Petrolina, Pernambuco a fim de pressionar o governo para a que o debate e a construção do projeto político da convivência com o semiárido e a segurança alimentar não fossem interrompidos.

Nesse contexto, o PASA, mobilizou seus territórios (Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão) de atuação na defesa do projeto político que potencializa o semiárido envolvendo as pessoas como protagonistas de sua história. O ato público da ASA envolveu aproximadamente 15 mil pessoas. De certa forma, tal ato veio reanimar e fortalecer as Comissões Executivas Municipais quanto o seu papel. Prova disso, que os municípios continuam empenhados em realizar reuniões com as famílias para discutir qual modelo de desenvolvimento se quer para o semiárido.

Outro espaço de formação e construção política ocupados pelo PASA juntamente com os representantes das Comissões Executivas Municipais, em 2011, foram as Conferências de Segurança Alimentar perpassando pelas esferas: municipal, territorial, estadual e nacional. Nas conferências, os agricultores/as familiares, educadores/as, dirigentes de entidades, lideranças comunitárias, técnicos/as e servidores/as públicos fizeram o diagnóstico da situação de insegurança alimentar, suas causas bem como quem são os grupos vulneráveis, destacando também experiências exitosas desenvolvidas no campo de segurança alimentar no nível municipal e territorial. Algumas proposições levantadas foram aprovadas e serão consideradas na elaboração



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

do Plano Estadual de Segurança Alimentar como, por exemplo, a ampliação do acesso a água nas escolas, para consumo humano e produção através da e armazenamento da água de chuva, acesso ao crédito, a assistência técnica e de extensão rural, reforma agrária, dentre outras diretrizes.

Neste cenário, o PASA em parceria com a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), o Conselho de Desenvolvimento Sustentável Rural da Região Sisaleira da Bahia (CODES Sisal), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e em interface com os demais programas do MOC mobilizou cerca de 940 pessoas de 47 municípios do seu campo de atuação. Destas, **352 pessoas foram eleitas delegados/as** como representantes dos municípios para a Conferência Interterritorial de Segurança Alimentar e Nutricional. A partir daí, conseguimos garantir 93 delegados para a Conferência Estadual de SAN. Na Conferência Nacional de SAN tivemos representação dos três territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão.

Em suma, o acesso à água de qualidade para o consumo humano e a produção de alimentos tem sido o impulsionador na mobilização das organizações que compõem as comissões executivas municipais e as comunidades em prol da consolidação do debate a respeito da política de convivência com o semiárido, se configurando em um conjunto de ações que torna a vida no semiárido viável.

Para 2012, o desafio das comissões municipais perpassa no exercício do controle social e no desenho da universalização do acesso a água. Além disso, outro desafio importante será o acompanhamento técnico das famílias, que vai desde o processo de cadastramento até a sua inserção no Cadastro Único, o passo seguinte será a construção da cisterna. Por isso, o planejamento, monitoramento e avaliação constante com as comissões são imprescindíveis nesta nova dinâmica apresentada.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Famílias acessando o direito as cisternas de consumo humano

Fruto do processo de articulação e mobilização das organizações sociais é que hoje estamos construindo o novo cenário do semiárido pautado na política de convivência com o semiárido. Estamos rompendo paradigmas transitando da cultura do clientelismo, da violação do direito, da concentração do poder através da terra e da água, das grandes obras para a cultura da democratização, da partilha, do modelo de desenvolvimento respaldado na sustentabilidade e viabilidade do homem e da mulher do campo com dignidade.

Gradativamente a paisagem do semiárido se transforma se renova, e as ações do PASA contribuem significativamente com essa mudança. **Em 2011, foram construídas 1.661 cisternas** negociadas através da Articulação do Semiárido e financiadas pelo Governo Federal/MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) e Governo do Estado da Bahia/SEDES (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza). **Cerca de 8.305 pessoas acessam água de qualidade em quantidade suficiente para beber e cozinhar.**

Com os números atingidos em 2011 contabilizamos um total de **19.442 cisternas construídas** e famílias capacitadas, ou seja, alcançamos uma média de **97.210 pessoas incluídas no campo do direito humano a alimentação adequada, uma vez que água é igual a alimento.**

Parafraseando Paulo Freire a educação transforma vidas e, por isso, que no entorno da cisterna existem as formações, objetivando não somente melhorar os hábitos e costumes das famílias, mas, sobretudo, contribuir para que as famílias se reconheçam como protagonistas de suas histórias, como titulares de direitos.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Sendo assim, **realizamos 49 cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) envolvendo 1.470 famílias.** Esse é um espaço de construção de novos conhecimentos para que as famílias compreendam a dinâmica social e política da ASA e possam apropriar-se dela. Na oportunidade as famílias debatem o direito a ter acesso à água de qualidade, convivência com o semiárido, tratamento da água, saneamento básico, cuidados com a cisterna, dentre outros. Aqui, os saberes não são transmitidos e sim, construídos, partilhados, vivenciados partindo do pressuposto que a criticidade e o empoderamento acontece devido à valorização e inclusão das famílias nos processos de mobilização.

Outra ação realizada neste ano, foram os cursos de capacitação para os Agentes Comunitários de Saúde, no total de **07 cursos, foram envolvidos 210 agentes de saúde** dos municípios de Retirolândia, Valente, Serra Preta, Riachão do Jacuípe, Santo Estevão, Santa Bárbara e Santa Luz. Sensibilizamos os/as agentes de saúde para perceber a cisterna como um dos elementos da sua rotina de trabalho através do acompanhamento sistemático e permanente no controle da qualidade da água evitando que haja contaminação e transmissão de doenças. Outro ator que vem se inserindo nesse diálogo são os agentes de endemias. Percebemos assim que estamos no mesmo direcionamento quanto às orientações repassadas às famílias. Entre 2008 e 2011 foram capacitados **690 agentes comunitários de saúde.**

Maria Salete Lima de Abreu, Agente Comunitária de Endemia do município de Santa Luz afirma: *“Hoje não mais terei pressa em manejo com as famílias, pois visito muitas casas. Vou ter que disponibilizar bem mais o meu tempo já que sei que, se não tratar da água e orientar as famílias para que zele do seu líquido precioso não vai adiantar nada do meu trabalho”.*

Ainda no campo da formação foram capacitados **50 novos agricultores/as na técnica de construção de cisterna de consumo humano** com capacidade de



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

armazenar 16.000 litros de água. Esses novos profissionais têm a partir da formação mais uma alternativa de geração de renda.

Famílias acessando o direito à água de produção

Na região semiárida a produção de alimentos durante muito tempo esteve intrinsecamente ligada às estações do ano. Durante toda a vida dos sertanejos e sertanejas o plantio era feito no período de inverno garantindo assim os alimentos das famílias e dos animais durante o resto do ano. Por conta da irregularidade das chuvas, fenômeno natural no semiárido, os agricultores/as familiares iniciam como já faziam com os alimentos a estocagem de água para consumo humano, produção de alimentos e dessedentação animal.

Mesmo com todas as dificuldades a agricultura familiar tem sido a grande fomentadora de abastecimento no mercado alimentício. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) retratam que o nordeste concentra cerca de 50% dos estabelecimentos rurais familiares que produzem alimento no país. É a região que mais produz alimento com vasta diversidade de produtos. E essa produção tem se destacado principalmente pelos os agricultores adotarem práticas de plantio com respeito a terra, a água e ao meio ambiente. Alimentos livres de agrotóxicos, buscando um comércio justo e uma produção sustentável.

O PASA tem contribuído para com o acesso a água com vistas à produção de alimentos, a cisterna que guarda a água da chuva para matar a sede das pessoas agora é também um método usado para armazenar água da chuva para produzir alimentos ricos em valores nutricionais e que não transmitem doenças. O destaque é a produção de alimentos de origem vegetal como as leguminosas e também de origem animal, já que com a água armazenada nas cisternas é possível prover os pequenos animais como: porco, galinha, cabra, ovelhas e o alimento essencial a vida: água.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

No ano de 2011, a atuação do Programa de Água e Segurança Alimentar aconteceu em 09 municípios: Conceição do Coité, Santa Luz, Serrinha, Barrocas, Ichu, Riachão do Jacuípe, Queimadas, Quijingue e Araci na construção de cisternas destinadas a armazenar água para a produção de alimentos e dessedentação animal. **Foram construídas 180 cisternas com capacidade de armazenar 52 mil litros de água, chegando a atender cerca de 900 pessoas. Somando um total de 621 cisternas construídas com aproximadamente 3.105 pessoas com o direito a água de produção conquistado.**

Paralelo a construção das cisternas as famílias tem um momento onde juntas debatem sobre as alternativas de convivência com o semiárido, o planejamento da propriedade, a necessidade da assistência técnica através do curso de Gerenciamento de Água na Produção de Alimentos (GAPA). Nesse ano, foram realizadas 09 capacitações onde todas as 180 famílias contempladas com as cisternas de enxurradas participaram.

Vale ressaltar que essa é uma ação desenvolvida com outro programa do MOC, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PFAF). A conquista da cisterna de produção como efetivação de direito a água e por sua vez a segurança alimentar e nutricional tem proporcionado que os agricultores/as familiares se envolvam na construção de um semiárido sustentável.

Outra ação importante realizada em 2011 foram as visitas de intercâmbios. Com o intuito de proporcionar aos agricultores/as familiares um espaço de troca de saberes, o momento serviu também para o PASA aprender com as experiências e conhecer melhor a realidade e a vida das pessoas que vivem no semiárido. No total, **foram realizadas 03 visitas, envolvendo diretamente 90 pessoas, dentre elas lideranças comunitárias, técnicos/as, dirigentes, jovens e, claro, os agricultores/as familiares.**



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

O ano de 2011 foi marcado por angústias e incertezas diante da continuidade dos projetos da ASA desenvolvidos pelo PASA, tanto o P1MC quanto o Projeto Cisternas comprometendo o modelo de desenvolvimento da convivência com o semiárido. O rompimento dos convênios seria um retrocesso político. Pois as cisternas de placas trazem benefícios palpáveis à região semiárida. A economia regional é aquecida porque trabalhamos com fornecedores locais, há geração de emprego e renda, sem falar nos processos de cidadania reconhecendo a água como direito que faz parte da segurança alimentar; as cisternas, portanto, incluem e não excluem as pessoas, trazem impacto na vida e na saúde das famílias gerando autonomia política e até mesmo financeira.

Apesar do cenário um pouco desfavorável, tivemos conquistas. Porque 2011, também foi um ano político e estratégico. Quando conseguimos mobilizar a sociedade civil para pautar nas conferências de segurança alimentar as alternativas viáveis para o semiárido, como: a ampliação do acesso ao crédito, a assistência técnica e extensão rural, reforma agrária, e o acesso a água tendo como referência as tecnologias sociais e os procedimentos metodológicos desenvolvidas pela ASA.

Em 2012, a caminhada pela concretude do semiárido mais justo e igualitário continua. E o PASA continuará desenvolvendo suas ações em prol da erradicação da pobreza e exclusão social.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

AÇÕES DO PASA:

- ✓ **940** pessoas envolvidas nas Conferencias Municipais de Segurança Alimentar.
- ✓ **352** delegados/as participaram da Conferência Interterritorial de SAN.
- ✓ **330** pessoas mobilizadas no ato público da ASA.
- ✓ **1.661** cisternas construídas em 2011.
- ✓ **8.305** pessoas acessando água de qualidade para beber e cozinhar.
- ✓ **1.470** famílias capacitadas nos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- ✓ **210** agentes comunitários de Saúde capacitados.
- ✓ **180** cisternas de produção construídas.
- ✓ **120** pessoas trocando experiências e conhecimento em visitas de intercâmbio.
- ✓ **900** pessoas acessando água de produção e alimentos.
- ✓ **180** capacitadas em gerenciamento de água para alimentos.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

PROGRAMA DE GÊNERO

Re-construindo relações por um sertão justo e sem pobreza

No campo, assim como na cidade, cresce cada vez mais o número de famílias que são sustentadas por mulheres. No entanto, elas continuam sendo remuneradas menos que os homens, além de terem que enfrentar praticamente sozinhas o desafio de conciliar maternidade, emprego e atividades domésticas. Nesse contexto, presente também no semiárido baiano, desenvolve-se uma nova realidade encarada como um dos principais desafios do milênio para governantes e sociedade civil organizada: a feminização da pobreza.

Quando pensamos em pobreza não como um estado (ser pobre), mas sim como um processo (estar empobrecendo), referimos-nos à problemática da pobreza destacando as particularidades e características que podem diferenciá-la de uma região para outra ou de um país para outro, ao mesmo tempo em que, se entrelaçam os fatores culturais, de gênero, raça e etnia.

Desse modo, quando falamos em semiárido baiano, referimos a territórios onde mais de 50% da população é rural, 18,6% das famílias rurais são chefiadas por mulheres, e 91,8% das mulheres remuneradas recebem no máximo 1 salário mínimo (dados do Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM). Além desses dados, também podemos agregar a informação de que as mulheres são as que mais acessam as políticas sociais do governo, o que significa dizer que estas estão inseridas nos índices de pobreza extrema. Esse recorte nos mostra claramente que a face da pobreza é a face de milhares de mulheres, sendo que destas, em um número significativo, as mulheres do campo.

Assim, com o intuito de modificar esse quadro e contribuir no objetivo 3, dentre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – que é o de promover a igualdade entre



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

os sexos e a autonomia das mulheres, as ações do Programa de Gênero no ano de 2011 colaboraram para a diminuição da pobreza no Semiárido enquanto estivemos trabalhando para melhores condições de vida, acesso aos direitos, geração de trabalho e renda, fortalecimento político das organizações, e, qualificação política das mulheres rurais. Estas são ações que refletem nossa preocupação e empenho em diminuir as desigualdades e injustiças, o que nos leva a trabalhar em favor da reversão desse cenário de feminização da pobreza.

“A humanidade está passando inegavelmente por uma crise [...]. Em momentos assim, sentimos-nos urgidos a somar forças e a identificar fontes de inspiração que nos possam salvar. Uma destas fontes é, sem dúvida, a questão de gênero que deve ser revisitada como renovado interesse”².

A frase de Boff acima mencionada retrata o que o MOC tem buscado na sua caminhada por um sertão justo através do Programa de Gênero, e ainda, com a inserção da dimensão da igualdade de oportunidades e de direitos para mulheres e homens nas ações dos demais programas da instituição e na vida.

Nesta perspectiva, ao fazer o percurso do ano de 2011, o Programa de Gênero buscou através de suas ações, contribuir para que as relações entre mulheres e homens do e no Semiárido possam ser mais justas e solidárias, a partir do fomento ao empoderamento cultural, social, político e econômico das mulheres rurais e periurbanas. Para tanto, o programa re-elaborou suas estratégias, de modo que a caminhada teve como foco: o incentivo e apoio à auto-organização das mulheres; inserção da dimensão de gênero nas ações dos demais programas da instituição; articulação e qualificação da participação das mulheres nos espaços; apoio à prevenção e enfrentamento à violência contra a

² Parágrafo introdutório do texto: o gênero na crise da cultura dominante e na emergência de um novo paradigma civilizatório de Leonardo Boff, no livro **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

mulher; articulação interinstitucional e participação da equipe em espaços de discussão e negociação de políticas de interesse das mulheres; e, sistematização de experiências acerca da autonomia das mulheres em interface com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O ano de 2011 foi marcado pela realização das Conferências de Políticas para as Mulheres nos âmbitos municipais, territoriais, estadual e nacional. Em todas as etapas, foram discutidas, elaboradas e aprovadas, propostas de políticas de interesse das mulheres com foco na Saúde, Educação, Comunicação e Cultura, Autonomia Econômica e Desenvolvimento Rural, Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Raça e Participação Política nos Espaços de Poder. Nesse processo de mobilização, as mulheres se tornaram mais fortalecidas e deram visibilidade a suas pautas de reivindicações e ainda muniram-se de elementos que subsidiará intervenções efetivas no campo da luta pelos direitos, sobretudo nas arenas municipal e territorial.

2. Ações estratégicas e Resultados alcançados

- ***Caminhos Percorridos e Frutos Colhidos***

Na perspectiva de contribuir para que as relações entre mulheres e homens do e no Semiárido baiano sejam justas e solidárias, buscou-se a partir das ações do Programa de Gênero, apoiar e fomentar o empoderamento cultural, social, político e econômico das mulheres. Sendo assim, o MOC reafirma seu compromisso de lutar por um sertão justo, e nele, fortalecer a igualdade de oportunidades e de acesso aos direitos para os diferentes sujeitos do Semiárido, de modo que com eles possa contribuir para a erradicação da pobreza e a desnaturalização das desigualdades de gênero.

Não seria possível e nem interessa ao MOC fazer essa caminhada sozinho, desse modo, ele busca somar forças com as organizações de mulheres e



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

mistas da região, além de firmar parcerias com setores do governo que pautam e implementam políticas para as mulheres e objetivam promover relações mais equânimes entre os gêneros. Haja vista, ser essa uma árdua tarefa, sobretudo quando se trata das mulheres rurais e periurbanas, para as quais as políticas públicas sempre estiveram no campo da insuficiência e ineficiência.

Os caminhos escolhidos e percorridos pelo Programa de Gênero em 2011 compreendem o fortalecimento da autonomia sócio-política e econômica das mulheres através do apoio e incentivo à sua auto-organização e qualificação da intervenção delas nos espaços de poder e decisão. Desse modo, as estratégias adotadas buscaram contribuir para a atuação das mulheres enquanto sujeitos de direitos, conforme discorreremos abaixo:

- ***Incentivar e apoiar a auto-organização das mulheres no âmbito local, regional e territorial***

As mulheres da região Semiárida da Bahia tem uma luta histórica de participação e auto-organização política, isso se dá efetivamente com a constituição e fortalecimento dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) e dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que por sua vez estão articulados à Rede de Produtoras da Bahia (RPB). Sendo assim, o programa de gênero vem contribuindo com a auto-organização das mulheres no âmbito municipal e regional para que estas tenham representação legal política e juridicamente, e se fortaleçam na construção de sua autonomia econômica.

Para além da organização sócio-política e produtiva das mulheres, buscou-se também o fortalecimento do protagonismo delas na dinâmica dos territórios, de modo que a partir do Fórum Interterritorial de Mulheres foi avaliada a inclusão



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

da dimensão de gênero nos PTDRS³, constatando-se uma grande lacuna que poderá ser preenchida com as proposições aprovadas nas Conferências Territoriais de Políticas para as Mulheres. Nesta linha de ação, podemos destacar os seguintes resultados:

- **5 MMTRs municipais mais fortalecidos política e juridicamente**, com documentação da instituição regularizada;
- **4 MMTRs municipais com processo de auto-gestão estruturado** com captação de recursos de geração de renda, fortalecendo a sustentabilidade das organizações;
- **160 Mulheres rurais sensibilizadas quanto às práticas de relações mais justas e equitativas de gênero, discutindo e exercitando nos EES e no âmbito familiar**, novas formas de relações com igualdade de oportunidades e participação nas tomadas de decisões;
- ***Inserir e refletir a dimensão de gênero junto aos programas/projetos especiais da instituição***

Frente ao contexto histórico de hierarquização nas relações de gênero, no qual as mulheres foram excluídas dos processos de participação social e das tomadas de decisões, entendemos necessário a transversalidade do tema e de reflexões sobre a equiparação das oportunidades conferidas a mulheres e homens enquanto sujeitos de direitos nas ações de todos os Programas do MOC. Desse modo, a nossa atuação se deu para além de interfaces em atividades conjuntas, na perspectiva de que cada técnico e cada técnica pudesse com os grupos refletir melhor a situação das mulheres no Semiárido; as condições da participação delas nas atividades, a veiculação de imagens a seu respeito e o uso de uma linguagem não-sexista; e, por conseguinte, a

³ Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

visibilidade das mulheres e suas contribuições nos processos de desenvolvimento. De modo mais específico atuamos juntos aos programas de Educação do Campo, Água e Segurança Alimentar, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Sub-programa de Acesso ao Mercado (SAM), com dias de estudo e busca de novas práticas e/ou ações que tem contribuído para que a partir das nossas ações, mulheres e homens adotem práticas mais justas e solidárias. Nesta perspectiva, podemos destacar os seguintes resultados:

-160 Mulheres rurais de 15 municípios do território do Sisal com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres, capacitadas e assessoradas nos princípios da organização empreendedora e transição agroecológica, fortalecendo a autonomia sociopolítica e econômica destas;

- 90 Educadoras/es dos projetos Baú de Leitura e CAT capacitadas/os sobre concepções e práticas de educação não sexista com o objetivo de promover igualdade entre homens e mulheres no contexto escolar;

- 10 Mulheres empreendedoras e agricultoras familiares contempladas com cisternas de produção de alimentos;

- ***Mobilizar, articular e qualificar a participação das mulheres nos espaços de construção, controle e acesso às políticas públicas***

A ocupação de espaços de poder e decisão por parte das mulheres, já denota o quanto elas tem avançado na garantia dos seus direitos. Para tanto, a definição estratégica desses espaços tem sido fundamental para a intervenção e o acesso delas às políticas públicas.

O ano de 2011 foi um marco na luta das mulheres, pois estas estiveram presentes na mobilização, articulação e realização das conferências temáticas de segurança alimentar, saúde, assistência social, criança e adolescente, e, de



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

modo especial na de políticas para as mulheres. Nestes espaços, elas fizeram análise da situação em que vivem, o que apenas confirmou a inexistência de políticas para as mulheres nos municípios e também nos territórios. No âmbito estadual e nacional, constatou-se a insuficiência e ou ineficiências destas políticas.

Essa foi também a oportunidade que as mulheres tiveram de avaliar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de modo que foi identificada uma lentidão na sua implementação. Desse modo, as mulheres construíram, apresentaram e aprovaram propostas em defesa dos direitos já garantidos e ampliação destes, e, que deverão ser incorporados na elaboração do III Plano Nacional e Estadual e o I Municipal de Políticas para as Mulheres, além da inserção dos eixos nos Planos de Desenvolvimento Territorial.

Vale ressaltar o apoio e compromisso do Programa na mobilização e organização da Caravana de Mulheres para a IV Marcha das Margaridas em Brasília em parceria com a Marcha Mundial das Mulheres. Essa foi uma ação estratégica das mulheres trabalhadoras rurais, onde elas protestaram contra as desigualdades sociais, denunciaram todas as formas de violência, exploração e dominação, e ainda, para conquistar a visibilidade, o reconhecimento social e políticos e a cidadania plena.

Nesta perspectiva, as ações do Programa de Gênero juntamente com as organizações de mulheres, geraram os seguintes resultados:

- **24 Conferências municipais de Políticas para as Mulheres mobilizadas e realizadas** pelo MOC/Programa de Gênero e organizações parceiras nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, que contou com a participação de 2.580, destas, foram eleitas 247 delegadas para a etapa interterritorial e 129 na etapa estadual, além de contar com a participação de 22 mulheres na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com representação das organizações de mulheres dos 3 territórios supracitados;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- **90 Mulheres integrantes do Fórum Interterritorial de Mulheres da Região Semiárida da Bahia participaram da caravana na 4ª Marcha das Margaridas em Brasília, fortalecendo a bandeira de luta das organizações de mulheres rurais;**

- **27 Mulheres participam ativamente dos espaços de poder e decisão como; Comissões municipais e regional de água, CMDDM, CMS, CMDCA, CODES Sisal, Comitê Estadual de Documentação da Trabalhadora Rural, CONSEA, interferindo na definição e acesso as políticas públicas.**

- ***Apoiar a criação e fortalecer os mecanismos existentes de defesa dos direitos da mulher, com foco na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher***

Não obstante os esforços somados na prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, ainda é considerado incipiente os avanços nesse campo de atuação com as organizações de mulheres e mistas. Isso se deve à ausência ou deficiência de mecanismos de defesa dos direitos das mulheres nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, que agravam ainda mais os índices de violência contra as mulheres na região.

Sendo assim, fez-se um esforço, para implementar na jornada de ações do 8 de Março de 2011, algumas ações previstas nos Planos Territoriais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (elaborados em 2010 a partir da articulação do Fórum Interterritorial de Mulheres), a exemplo da divulgação da Lei Maria da Penha e da desmistificação das diferentes formas de violência sofrida pelas mulheres. Desse modo, neste aspecto podemos elencar como resultados:



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- 10 Organizações de mulheres debatem e apresentam propostas de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres, em seminários e audiências públicas nas mobilizações nos atos públicos do 8 de março, com participação de 600 mulheres, nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão;

- 01 Rede de enfrentamento a violência contra as mulheres articulada e fortalecida em parceria com o CEAFFRO, através do Projeto Encruzilhada de Direitos, debatendo e estabelecendo estratégias de ação com foco na prevenção e enfrentamento a violência, com organizações de mulheres, gestoras/es, magistrados e profissionais da área de segurança no território do Sisal.

- ***Manter uma articulação interinstitucional e participar nos espaços de discussão, construção e negociação de políticas de interesse das mulheres***

Compreendemos ser necessária e importante a participação do Programa de Gênero em espaços estratégicos que debatem e constroem diretrizes de políticas para as mulheres e os mecanismos de controle social da sua execução. Dessa maneira, urgimo-nos a somar forças com outras instituições em diferentes espaços para interferir na construção e negociação de políticas que visem a garantia dos direitos das mulheres. Vale uma ressalva, à incisiva atuação do Programa na organização das Conferências de Políticas para as Mulheres. Portanto, destacamos como resultado neste eixo de ação:

- **Articulação com as entidades do Fórum** para organização das caravanas da Marcha das Margaridas;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- **Mobilização e participação das Conferências Municipais**, Territorial, Estadual e Nacional de políticas para as mulheres;
- **Articulação e participação nas ações dos Centros de Referência** do Portal do Sertão, do Sisal, de Serrinha e com Núcleo de Atenção a Mulher - NAM da Bacia do Jacuípe;
- **Diálogo com SPM/BA para apresentação e negociação de demandas** dos Comitês de Mulheres do Sisal e Bacia do Jacuípe;
- **Participação no Comitê Estadual de Documentação da Trabalhadora Rural**, na construção de estratégias dos mutirões de documentação nos territórios;
- **80 Mulheres rurais mobilizadas e com acesso a documentação profissional**, Documento de Aptidão ao Pronaf - DAPs, que tem garantido as agricultoras, também o acesso as políticas de comercialização como PAA e PNAE.

Registrar e sistematizar experiências de participação e autonomia cultural, social, política e econômicas das mulheres

A produção do conhecimento a partir da história de luta das mulheres tem se tornado uma grande necessidade na caminhada delas e também do MOC, além de ser uma estratégia de aprendizagem, troca e disseminação de saberes e fazeres. Sendo assim, o Programa vem aprofundando o diálogo com as mulheres, de modo que, a partir da perspectiva delas, seja possível identificar, analisar e sistematizar suas experiências, contribuindo para sua reaplicação. Desse modo, destacamos o Caderno de Experiência: Mãos que Trabalham construído com as organizações de mulheres em interface com o SAM, e, publicado enquanto experiência institucional.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- **01 Sistematização de experiências publicada**, juntamente com SAM, sobre autonomia econômica e geração de trabalho e renda, e fortalecimento político das organizações de mulheres;

3. Percalços do Caminho e Perspectivas de Superação

Mexer com o paradigma de relações socialmente estabelecidas entre os gêneros é ousar mexer com estruturas de poder. Partindo desse pressuposto, constatamos que aí reside um grande percalço na caminhada do Programa de Gênero frente à pretensão de contribuir para que as relações entre mulheres e homens do e no Semiárido possam ser mais justas e solidárias, sobretudo quando se trata de rever essas relações no contexto desta região, onde a cultura do patriarcado demarcou historicamente um lugar subalterno e invisível para as mulheres. Isso implica, que frente a qualquer uma das estratégias adotadas, emerge a insistência no rompimento com a cultura dominante que hierarquiza as relações entre mulheres e homens, e, a abertura de caminhos e possibilidades de novas práticas de relações e convivialidade.

Desse modo, no que tange o incentivo e apoio a auto-organização sociopolítica e produtiva das mulheres, ainda nos deparamos com o desafio de suas múltiplas jornadas de trabalho, haja vista um insuficiente número de companheiros capazes de compartilhar das tarefas domésticas e de cuidados com os filhos. Esse mesmo desafio compromete que avancemos também na estratégia que visa a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Frente a essas dificuldades, cabe-nos fomentar o debate sobre a situação das mulheres e a divisão sexual do trabalho no campo produtivo e reprodutivo, tanto nas ações de Gênero, quanto nos demais programas do MOC.

No campo da inserção do debate acerca da igualdade de gênero transversalizada no conjunto de ações dos programas e projeto especiais da



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

instituição, ainda encontramos internamente um desnivelamento da concepção sobre a condição sociocultural feminina e pouca apropriação dos fundamentos metodológicos de trabalhos com mulheres, o que dificultam o protagonismo delas nas ações. Compreendemos que tais obstáculos podem ser superados com a efetivação dos dias de estudos sobre a temática e incorporação da dimensão de gênero na pauta dos programas.

Sobre a estratégia de apoiar e fortalecer os mecanismos de defesa dos direitos e enfrentamento à violência, constatamos desafios oriundos da pouca vontade política de gestoras/es para a implantação de mecanismos de defesa dos direitos das mulheres nos municípios, situação que também afeta o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher. Sobre ambas as situações, constata-se insuficiente conhecimento sobre a legislação que versa sobre o tema por parte das lideranças e gestoras/es, e conseqüentemente a ausência de medidas protetivas às mulheres e de efetiva punição aos agressores.

Frente a tais desafios, cabe-nos fortalecer o processo de capacitação das mulheres e nele aprofundar os instrumentos legais e mecanismos disponíveis para o direito a uma vida sem violência, além disso, vale empregar esforços e com as mulheres aproveitar a oportunidade de debates com candidatas/os nas eleições municipais de 2012 sobre os planos de governo e orçamentos para a construção e implementação dos Planos Municipais de Políticas para as Mulheres conforme deliberado nas Conferências realizadas em 2011. Estes planos devem contemplar aspectos que alterem a situação econômica, social, cultural e política das mulheres, na perspectiva da erradicação da extrema pobreza e o exercício pleno da cidadania destas.

No que tange a articulação interinstitucional, em 2011 ampliamos as possibilidades e mantivemos uma articulação mais efetiva com diferentes instituições, isso se deu a partir das Comissões de Organização das Conferências de Políticas para as Mulheres. Nesta ação, nos deparamos com



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

as diferentes visões sobre construção de processos coletivos concebidas pelas organizações, bem como os conflitos existentes entre os interesses dos setores governamentais e da Sociedade Civil. Frente aos impasses, buscamos focalizar o que era comum às organizações, com vista a construção de uma plataforma de prioridades para a superação das desigualdades e o fortalecimento da autonomia das mulheres.

Sobre o registro de experiências com as mulheres, entendemos que a produção do conhecimento perpassa pelo efetivo diálogo com os grupos, que para nós são os sujeitos desse saber que organizamos nas cartilhas. Dessa forma, o registro sistemático das experiências, a partir de uma metodologia de produção coletiva desse conhecimento, demanda uma dinâmica de trabalho com os grupos que nem sempre se torna possível mantê-la, haja vista a localização destes em longínquas comunidades rurais, paralela às urgências e emergências no cotidiano do trabalho da equipe. Visualizamos frente a isso, a possibilidade de melhorar os registros das atividades e garantir nos projetos, processos de sistematização dos impactos de suas ações na vida dos sujeitos participantes.

Frente a esses desafios, anima-nos a perspectiva da inserção mais incisiva do debate de gênero nas agendas das organizações de mulheres e mistas, bem como em alguns setores do governo. A experiência tem nos mostrado que essa luta pela igualdade não é uma tarefa fácil, ela sugere revisão de comportamentos e adoção de práticas que respeitem as mulheres enquanto sujeitos titulares de direitos.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

PROGRAMA DE GÊNERO

Conferências Municipais de Políticas para Mulheres mobilizadas e realizadas	24
Mulheres participaram das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres	2.580
Mulheres rurais com acesso a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	160
Mulheres participaram da 4ª edição da Marcha das Margaridas	90

CONCLUSÃO

Se há um tempo para plantar e outro para colher, concluímos que 2011 foi um ano de muito trabalho no campo do plantio, haja vista o tempo que dedicamos à mobilização e realização das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, onde junto com as organizações de mulheres e mistas fomos semeando o sonho de construir municípios e territórios mais justos, capazes de conhecer a realidade econômica, social, cultural e política em que vivem as mulheres e definir prioridades para a superação das desigualdades sociais que afetam suas vidas e conseqüentemente as suas famílias. Esse sonho, também



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

foi estendido para a definição de políticas de interesse das mulheres nas instâncias estadual e nacional. Seguiremos em 2012 sustentadas pela esperança da colheita. Interessa-nos avançar numa análise das proposições construídas e aprovadas nas Conferências e fazer delas instrumento de luta das mulheres nas suas organizações e articulação política. De modo que possamos fortalecer a autonomia delas no que concerne a organização e negociação de suas demandas nos planos de desenvolvimento municipal e territorial junto aos gestores e gestoras. Assim, somaremos esforços para seguir contribuindo com a erradicação da pobreza extrema que afeta a vida da população do Semiárido e de forma mais incisiva, a vida das mulheres e das crianças, pelas mais variadas razões que já conhecemos.

Somos testemunhas do avanço das mulheres no acesso a seus direitos, da mesma forma que também acompanhamos suas insistências e resistências para fazer valer direitos assegurados apenas em leis e ainda ampliar estes. Desse modo, com elas continuaremos em ação para construir um Semiárido mais justo e solidário, onde mulheres e homens participem com igualdade dessa construção. Sabemos que isso é tão necessário quanto desafiante, mas também, é uma das razões pelas quais existimos, resistimos e lutamos por um sertão justo.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Erradicação da Pobreza: Como a comunicação contribui?

Vozes e olhares estiveram atentos nos últimos anos, mergulhados na tentativa de entender por que o Brasil é um dos campeões mundiais em desigualdade. Título vergonhoso, produto de uma herança de injustiça social que vem excluindo parte significativa da população brasileira do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Parte dessa população vive no Semiárido Brasileiro, região de atuação de diversas entidades do movimento social que



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

trabalham na tentativa de criar bases para um desenvolvimento sustentado em termos sociais, econômicos, políticos, éticos e culturais.

Com forte atuação nos municípios do Semiárido Baiano o MOC busca contribuir para a erradicação da pobreza e miséria em seus mais variados aspectos. No campo da comunicação, o esforço tem sido fazer soar a comunicação como um direito humano, capaz de contribuir para erradicar a pobreza e a miséria do semiárido. Essas ações se concretizam através de três linhas de trabalho adotadas pelo Programa de Comunicação do MOC.

A primeira delas prevê a divulgação de um semiárido viável (vivo!), publicizando as principais ações desenvolvidas nesta região, indo além da notícia, pois busca pautar os meios de comunicação de massa sobre temáticas como economia solidária, agricultura familiar, agroecologia, gênero, juventude, empreendedorismo, educação do campo, acesso à água, criança e adolescente e comunicação, provocando assim, o debate entorno das políticas públicas para estas áreas. Conseqüentemente acredita-se que a população tendo acesso a esse tipo de informação buscará formas para concretizar seus direitos e deveres. Neste caso, a comunicação contribui com a diminuição do índice de pobreza dessa população no semiárido.

Na segunda linha de atuação, o trabalho de difundir a temática de erradicação da pobreza é ainda mais forte. Na comunicação comunitária as ações são realizadas através da formação de comunicadores/as que atuam em rádios comunitárias e agências de comunicação. A linha de formação perpassa na sensibilização desses sujeitos, sobretudo estimulando a sua inserção em espaços políticos que debatam a comunicação como um direito. Um exemplo concreto foi conseguir assegurar um representante do movimento de radiodifusão comunitária no Conselho Estadual de Comunicação, espaço inédito no País onde serão debatidas e propostas ações que deverão fortalecer esse segmento no estado da Bahia.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Acredita-se que as rádios comunitárias desempenham um papel fundamental na sociedade, no caso do semiárido e dos municípios de atuação do MOC, estas emissoras conseguem chegar aos mais excluídos, àqueles/as que possuem pouco acesso a direitos básicos como saúde e educação. Por isso, é fundamental o trabalho de formação e o acompanhamento desenvolvido junto aos comunicadores/as comunitários/as que desempenham nas emissoras um papel fundamental na difusão da proposta de um semiárido viável - sem fome e com acesso às políticas públicas, devido ao seu poder de mobilização das comunidades, e fortalecendo a identidade das pessoas que vivem no semiárido.

Por fim, a linha de educomunicação. Nesta área a formação de educadores/as e de jovens comunicadores tem proporcionado a crianças e adolescentes a conhecerem a realidade da comunicação nas suas comunidades e municípios e a dialogarem sobre as estruturas existentes no país. Além de conhecerem, esses sujeitos são convidados a debaterem e criarem mecanismos e peças de comunicação que pautem a sua realidade, muitas vezes marcada pela pobreza e a desigualdade social. Prevaecem como educação, saúde, lazer, cultura, água e segurança alimentar, esporte e diversos outros temas que estão ligados ao dia-a-dia desse povo forte do semiárido. As produções em sala de aula são resultados de um debate político estabelecido com os educadores/as na perspectiva de despertar o exercício da cidadania, fortalecendo o espaço onde estão inseridos.

Neste ano, para além das ações realizadas pelo Programa de Comunicação (citadas acima), o MOC ocupou espaços estratégicos de debate sobre a Democratização da Comunicação, dentre eles, o Comitê Regional de Democratização da Comunicação, ligado ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), umas das principais entidades envolvidas na discussão e construção de um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

O trabalho do programa de comunicação do MOC acredita que só tendo acesso à comunicação, não apenas como ouvintes, mas como participantes ativos, os cidadãos terão seus direitos e publicizados e poderão assim, contribuir para a erradicação da pobreza neste país. Pelo mundo afora, manifestações populares vêm mostrando que os novos meios de comunicação precisam e devem refletir qual o desejo das pessoas. Movimentos se formam a partir de redes sociais, se organizam e ganham o mundo a reivindicar seus espaços, construindo efetivamente outra dimensão da comunicação, enquanto um Direito Humano.

No ano de 2011, o principal objetivo do Programa de Comunicação do MOC foi contribuir para que os atores sociais se apropriem da comunicação como um direito humano. Neste sentido, as ações se focaram no fortalecimento do debate a cerca da democratização da comunicação, sem perder de vista o fortalecimento da comunicação institucional e a visibilidade do semiárido.

O reconhecimento do trabalho da Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território do Sisal (Abraço Sisal) que conquistou uma vaga no Conselho de Comunicação do Estado da Bahia, representando o segmento de radiodifusão comunitária, e a referência do trabalho do MOC ganharam destaque neste ano. Contudo, os desafios ainda persistem em sensibilizar os colegiados territoriais para a importância da comunicação como ferramenta essencial para o desenvolvimento territorial e sensibilizar os gestores públicos municipais para que a educomunicação possa tornar-se uma política pública municipal.

O Programa De Comunicação Em 2011

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

No ano de 2011 o Programa de Comunicação superou a meta estabelecida no Planejamento estratégico da entidade previsto para cinco anos (2005 a 2010), a qual previa dar visibilidade às ações do MOC e parceiros, através de uma comunicação institucional direcionada aos públicos-alvos prioritários.

META DO PLANEJAMENTO

META ATUAL

<ul style="list-style-type: none">✓ 400 clippings de imprensa do tipo A (aqueles que tratam sobre as propostas e ações dos programas do MOC)✓ 1000 clippings de imprensa tipo B (aquelas que tratam sobre temáticas trabalhadas pelo MOC e parceiros)✓ 1000 assinantes do Boletim Informativo MOC✓ 10 convites para apresentar as propostas de comunicação do MOC em espaços de discussão estaduais e nacionais✓ 150.000 visitas por ano ao site do MOC no ano	<ul style="list-style-type: none">✓ 730 clippings tipo A;✓ 1.168 clippings tipo B;✓ 1.262 assinantes do boletim informativo MOC;✓ 37 Boletins do MOC;✓ 21 Releases sobre o MOC;✓ 57 notícias no site do MOC;✓ 750.000 acessos ao site;
--	--

O alcance dessa meta revela o amadurecimento da equipe do MOC sobre a importância de comunicar as ações que a entidade e os parceiros desenvolvem no semiárido. Esse amadurecimento foi possível devido a estratégia de criar um grupo de trabalho (GTCOM) com integrantes de todos os programas do MOC que juntos identificaram, discutiram e propuseram ações que garantiram o fortalecimento da comunicação interna e externa. Através do GTCOM foram realizadas oficinas e reuniões que permitiram a identificação de pautas que



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

ganharam destaque na elaboração dos produtos da entidade, além de subsidiar a cobertura da mídia.

Em 2011, o programa deu continuidade a produção de peças de comunicação institucional. Hoje cerca de 1.262 pessoas recebem semanalmente as principais informações da região, através do Boletim Informativo MOC. Um mailing com 495 jornalistas e formadores de opinião receberam 22 releases e sugestões de pauta sobre o semiárido e suas temáticas, resultando 57 de clippagens sobre o MOC e seus parceiros. Além disso, neste ano, a média mensal de visitas ao site (www.moc.org.br) aproximou-se a 15 mil acessos, reflexo da constante atualizações de notícias que contabilizaram cerca de 57 no ano de 2011.

Ampliando a inserção nas redes sociais, o Programa criou em 2011 uma página institucional no Facebook e uma conta no Youtube, que tem permitido mostrar a diversidade do semiárido através de notícias, imagens e vídeos, possibilitando maior interação entre os sujeitos em tempo real.

Além das peças de comunicação institucional, foram produzidas duas sistematizações de ações de convivência com o semiárido com foco nas temáticas de acesso a mercado, comércio justo e economia solidária. As publicações apresentam experiências de grupos de produção, formados em sua maioria por mulheres trabalhadoras rurais que estão conquistando autonomia política e financeira, melhor qualidade de vida e superando a pobreza.

A partir do reconhecimento do valor de experiências como essas, o Programa de Comunicação apresentou o trabalho do MOC em universidades locais e fora do estado. Com isso, o trabalho da instituição, está se tornando referência e ganhando visibilidade em espaços estratégicos.

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Completados quatro anos de atuação, a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC), hoje é referência no debate sobre Comunicação e Direitos de Crianças e Adolescentes. A entidade, que é fruto do trabalho do MOC no campo da comunicação juvenil, ocupa espaços estratégicos como o Comitê Gestor do Pacto Um Mundo para Criança e Adolescente do Semiárido. Neste espaço a AMAC contribui para o debate na elaboração de políticas públicas que fortaleçam os direitos das crianças e adolescentes no estado.

Em nível interno, a entidade assegurou em seu quadro de sócios/as e diretoria, profissionais de comunicação e pedagogia que estão contribuindo para melhoria dos serviços prestados pela entidade e ampliação do número de clientes/parceiros. Outro passo importante foi à organização contábil que antes impedia a participação em editais públicos. Este ano foi possível apresentar quatro projetos que se aprovados podem garantir a sustentabilidade da entidade e a continuidade das ações nas áreas de atuação da AMAC.

Outra entidade assessorada pelo Programa de Comunicação é a Associação de Rádios e Tvs Comunitárias do Território do Sisal (Abraço Sisal) que agrega em seus quadro de filiadas, dezesseis rádios comunitárias distribuídas em 14 municípios. Apesar das dificuldades em manter a estrutura da entidade e a articulação política das emissoras, a Abraço Sisal conquistou uma vaga como representante do Setor de Radiodifusão Comunitária no Conselho de Comunicação do Estado da Bahia. Esta conquista revela que mesmo diante da fragilidade, a Abraço ainda é referência no debate de comunicação e desenvolvimento territorial.

A ocupação deste espaço é um resultado concreto dos anos de luta da Abraço Sisal, articulada com demais entidades do movimento social que integram o Comitê Regional de Democratização da Comunicação da Região Sisaleira, espaço onde se debate, propõe e monitora as políticas voltadas para a comunicação nos Território do Sisal e Bacia do Jacuípe.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

EDUCOMUNICAÇÃO

No campo da Educomunicação, o programa neste ano enfrentou um grande desafio. Se por um lado no ano de 2010 houve um crescimento no número de escolas e comunidades desenvolvendo a metodologia, em 2011 devido à paralisação do Projeto Comunicação pelos Direitos na Região Sisaleira as ações do programa limitaram-se ao acompanhamento pontual de alguns municípios.

Diante desta nova realidade, mesmo que de forma inesperada, foi possível perceber que alguns municípios conseguiram se apropriar da metodologia e colocar em prática as ações em sala de aula, o que demonstra autonomia no desenvolvimento dos trabalhos.

Em resposta ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, alguns municípios demandaram através dos Coordenadores municipais de Educação do Campo, momentos de formação sobre a metodologia com a proposta de multiplicar a prática nas escolas e comunidades.

Também foram realizadas oficinas de produção de mídia, envolvendo diretamente 210 crianças e adolescentes dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Além das ações municipais, o Programa de Comunicação em parceria com o Programa de Educação do Campo do MOC realizaram momentos de formação com educadores/as que atuam diretamente nas escolas das comunidades e municípios onde ações de educomunicação foram destaques. Ainda neste ano, foi possível proporcionar as crianças e adolescentes que estudam nas escolas rurais um encontro de intercâmbio para que juntas pudessem dialogar entre si, trocar experiências e com a contribuição do educadores/as apresentarem as principais atividades desenvolvidas nas escolas, sobretudo a produção de jornal-mural e programas de rádio, ultrapassando o limite da sala de aula.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Ainda em parceria com o Programa de Educação foi possível debater e criar mecanismos metodológicos para inserir a educomunicação na ficha pedagógica do Projeto CAT (Conhecer, Analisar e Transformar) desenvolvido em 22 municípios da região. A ficha permite em primeiro momento analisar a estrutura de comunicação existente nas comunidades e ou municípios, levantando dados que possibilitam um debate político em sala de aula. Após esse momento, os/as alunos/as são convidados a construir instrumentos de comunicação que dialoguem com a sua realidade, abordando pautas de interesse da comunidade ao qual estão inseridos. Essas pautas viram notícias nos produtos de comunicação produzidos pelas crianças e adolescentes, nos mais variados formatos: jornais-mural, boletins impressos e programas radiofônicos, tornando a educomunicação uma metodologia que contribui no desempenho escolar dos alunos, mas também numa metodologia capaz de mobilizar comunidades.

Cabe destacar ainda que neste ano os municípios de Conceição do Coité, Baixa Grande, Ichu, Lamarão e Riachão do Jacuípe começaram a inserir a educomunicação no ensino formal, assegurando dentre além da aplicação da metodologia em sala de aula, momentos de formação para o seu quadro de educadores/as e encontros de intercâmbio envolvendo alunos/as das comunidades rurais do

A EDUCOMUNICAÇÃO EM NÚMEROS

- ✓ 640 crianças e adolescentes envolvidos nas ações de educomunicação em sala de aula;
- ✓ 210 crianças e adolescentes produzindo mídia em sala de aula;
- ✓ 35 crianças e adolescentes produzindo e apresentando programas de radiofônicos em rádio-escolar;
- ✓ 10 escolas do campo com rádio-escolar;
- ✓ 40 educadores utilizando a educomunicação como metodologia em sala de aula.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

município, proporcionando mais uma oportunidade para troca de experiências e construção do conhecimento.

Para 2012 a expectativa é dar continuidade a formação de jovens comunicadores, educadores do campo, crianças e adolescentes dos dez municípios de atuação do Projeto Comunicação pelos Direitos, que prevê ainda um trabalho de sensibilização junto aos gestores públicos na perspectiva de transformar a educomunicação em uma política pública municipal.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo contribuindo para Erradicação da Pobreza no Semiárido

Em 2011, o Programa de Educação do MOC continuou desenvolvendo suas ações na perspectiva de contribuir na melhoria da qualidade da educação do campo, através do incentivo na construção de políticas públicas de educação do campo contextualizada. O Programa de Educação tem como missão: “contribuir para garantir a educação do campo às crianças e adolescentes na perspectiva da convivência com o semiárido e a transformação da realidade, através de assessoria e incentivo à construção de políticas públicas”.

Através de encontros de formação continuada, visitas, intercâmbios com os diversos públicos que fazem a educação nos municípios, o MOC buscou fortalecer as estruturas educacionais dentro dos sistemas municipais, planos, orçamentos, currículos, dentre outras questões.

Dessa forma, com os Projetos CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo, do Baú de Leitura, bem como de processos de formação com sociedade civil organizada, conselheiros, diretores das escolas do campo, crianças e adolescentes, buscamos fortalecer a educação na perspectiva da



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

convivência com o semiárido e erradicação da pobreza dos povos do campo nos municípios onde desenvolvemos nossas ações.

A seguir as principais ações desenvolvidas durante o ano de 2011:

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS:

1. Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do Campo

O Projeto CAT em 2011 buscou problematizar a convivência e valorização do semiárido. Assim, o eixo central dos trabalhos pedagógicos de formação continuada de professores/as e coordenadores/as pedagógicos/as municipais foi “Convivência com o semiárido: Constantes desafios”, desenvolvendo estudos e debates sobre as diversas dimensões, como a saúde, a arte, cultura, identidade, buscando fortalecer as políticas públicas. No decorrer do ano, percebemos que os desafios encontrados para a convivência com o semiárido são muitos, sendo necessário debatermos e refletirmos sobre a diversidade encontrada neste espaço repleto de complexidade. Assim foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Encontros de formação:** O Projeto CAT, é um projeto de formação continuada, desenvolvido pelo MOC em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Secretarias Municipais de Educação e Organizações da Sociedade Civil. Ao trabalhar na perspectiva de educação contextualizada do campo e construção de políticas públicas, contribui também para a erradicação da pobreza das pessoas envolvidas nesse trabalho, uma vez que ao discutir e descobrir



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

formas de conviver com o semiárido está buscando melhorar a vida das pessoas.

O Projeto CAT tinha sua atuação em 22 municípios até início de 2011, porém em meados do ano, houve o afastamento do município de Capim Grosso. Assim, os municípios inseridos no projeto são: Araci, Baixa Grande, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Mairi, Monte Santo, Nordestina, Nova Fátima, Pintadas, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, São Domingos, Serrinha e Valente.

Os municípios vivenciaram a proposta pedagógica Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo. Em cada unidade letiva foram escolhidos subtemas que contemplaram a necessidade de cada município. Esta temática foi trabalhada em sala de aula, a partir de pesquisa que as crianças fizeram, trazendo dados para serem analisados e buscando transformar a realidade encontrada.

As formações continuadas das Coordenações Municipais (Equipes Pedagógicas da Educação do Campo) aconteceram em 2011, nas perspectivas anunciadas acima. Foram realizadas as seguintes formações:

- **05 Encontros com as Coordenações Municipais do Projeto CAT** – nestes encontros se avaliava, aprofundava e replanejava as ações na perspectiva da convivência com o semiárido e políticas públicas. Por sua vez, as coordenações

Pessoas envolvidas diretamente pelo Projeto CAT em 2011

48 coordenadores/as Pedagógicos

29 articuladores municipais

1.146 professores/as

21.505 crianças e adolescentes

15 representantes da sociedade civil

481 escolas

531 comunidades



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

municipais organizam, planejam e acompanham o trabalho do Projeto CAT em cada município.

- **07 Encontros com Professores/as e coordenadores/as** para construção de fichas pedagógicas das unidades letivas com temáticas relacionadas à convivência com o semiárido. Os encontros são de construção do planejamento municipal de cada unidade letiva.
- **15 Oficinas temáticas com professores/as** – para aprofundamento da temática sobre convivência com o semiárido: constantes desafios.

Nestes encontros de formação também se avaliava o trabalho de toda a unidade e planejava-se a próxima, definindo eixos temáticos a serem trabalhados e problematizados na escola e na comunidade: Relação família, escola e comunidade no semiárido (identidade e valores éticos); desenvolvimento social e comunitário no semiárido; Agricultura Familiar (trabalho agrícola e cultura popular local); Agroecologia: plantio, meio ambiente, água, manifestações culturais e sustentabilidade no semiárido; Segurança alimentar (colheita X alimentação saudável); Cultura e Arte no semiárido; Colheita, armazenamento e saúde familiar; Políticas Públicas para Saúde no semiárido e Saúde familiar.

Outra questão bastante debatida tanto nos encontros de formação com coordenações municipais, quanto com educadores/as foi a **Educomunicação**, uma metodologia que facilita a inserção de processos de comunicação na sala de aula e fora dela, acesso, construção de peças de comunicação e uma leitura mais crítica das informações recebidas através da grande mídia. Dessa forma, é através de jornais murais, fanzines, programas de rádios, boletins, dentre outros elementos, que as crianças e a própria escola debatem e apresentam suas descobertas, as problemáticas das comunidades, da escola e da família. Dessa forma, os conhecimentos produzidos nas escolas ganham maior



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

visibilidade, fortalecendo o papel social da mesma que é também de ajudar a modificar a realidade.

b) Visitas de acompanhamento às escolas e municípios

Neste ano, foram realizadas 44 (quarenta e quatro) visitas às Secretarias Municipais de Educação, às coordenações dos municípios, algumas escolas e acompanhamento às devoluções do CAT, que é o momento de devolver à comunidade os conhecimentos que a escola descobriu e produziu e a partir daí, encontrar juntos soluções e tirar encaminhamentos para transformar a realidade. Muitas visitas foram realizadas em parceria com a UEFS.

c) Aplicação de Indicadores (Marcos) para preparar a ação

Dentro da metodologia da pesquisa-ação, este ano iniciamos a aplicação de diagnósticos (marcos) da situação da educação nos municípios, para planejarmos a intervenção. Os marcos foram aplicados junto aos professores/as, coordenadores/as, gestores/as, sociedade civil, conselheiros/as. A aplicação desse diagnóstico trouxe alguns indicadores das fragilidades que enfrentamos e que precisamos melhorar, como por exemplo:

- a. Aprofundar a concepção, princípios e metodologia do CAT com novos professores, coordenadores e gestores;
- b. Difundir mais a metodologia de Educomunicação com professores/as;
- c. Estudar e debater mais sobre o ciclo orçamentário e os processos de construção de políticas públicas municipais;
- d. Estudar e preparar orientações que possam contribuir na construção e/ou reformulações dos currículos municipais de forma que sejam contextualizados.

d) Realização de Jornadas Pedagógicas, Seminários e Fóruns Municipais



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Além dos processos de formação propriamente ditas e de acompanhamento realizados pelo MOC, em parceria com a UEFS, os municípios realizaram atividades de formação para uma melhor compreensão da educação do campo contextualizada, a fim de melhorar a atuação de seus/as educadores/as. No início do ano foram realizadas **Jornadas Pedagógicas** com a participação do CAT nos debates e oficinas, **Seminários e Fóruns** com a temática Educação do Campo Contextualizada, buscando também a construção de políticas públicas municipais.

Em todos os municípios que o Projeto CAT tem atuação houve Seminários/reuniões sobre **Segurança Alimentar e Nutricional** dos quais os coordenadores participaram ativamente; **palestras** sobre os eixos temáticos trabalhados na ficha pedagógica, **oficinas** sobre construção e plantio de hortas, agroecologia, educomunicação, cultura e arte, entre outras.

Destaca-se também o **Seminário Intermunicipal realizado no município de Ichu sobre Educação Contextualizada e Convivência com o Semiárido** envolvendo 5 municípios do Território do Sisal e Bacia do Jacuípe. O Seminário promoveu a troca de saberes entre os professores e professoras participantes através de oficinas formativas de Geografia, Leitura e Escrita, Artes, Agroecologia e Educomunicação. Além desse evento, destacamos ainda que o município de Valente sediou a **Feira Baiana de Matemática**, evento que contou com a participação dos municípios que atuam o Projeto CAT e Baú de Leitura.

O ano de 2011 foi também um ano de realização de Conferências. Professores/as e Coordenadores/as do CAT participaram de vários momentos de preparação e realização de conferências: Segurança Alimentar, Mulheres, Criança e Adolescente, Juventude, dentre outras, debatendo proposta de educação do campo contextualizada para a construção de políticas públicas.

Outro elemento que podemos destacar foi à publicação do **material didático Construindo Saberes para Educação Contextualizada**, que está sendo



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

utilizado na sala de aula pelos professores e professoras, contribuindo no preparo das aulas, na melhor compreensão da metodologia do CAT e provocando um resultado com maior impacto nas comunidades. Vale destacar ainda, algumas outras atividades desenvolvidas nas escolas, a partir das formações:

- Construção de hortas na escola e nas residências;
- Palestras sobre meio ambiente para um maior cuidado com o mesmo;
- Dia da família na escola, assegurando maior integração entre escola x família x comunidade;
- Caminhada folclórica e feiras de artesanatos– valorizando a cultura local;
- Criação do Projeto Saúde nas escolas;
- Feiras e saraus literários;
- Feiras da agricultura familiar – aprofundando conhecimentos sobre alimentação saudável;
- Devoluções dos conhecimentos produzidos junto às famílias e comunidade para dar o passo do transformar dentro da proposta do CAT.

Além dessas ações, podemos citar alguns dos principais resultados, a partir das formações com as coordenações municipais e com professores/as:

- O lançamento do Livro “Construindo Saberes para Educação Contextualizada”;
- Debate sobre a construção do currículo contextualizado nos municípios de Baixa Grande e Pintadas e a contribuição para a elaboração de Currículo Contextualizado no município de Valente;
- Maior e melhor atuação da equipe de assessoras da UEFS;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- Mobilização dos professores para que a comunidade conseguisse o Cartão SUS nos municípios de Ichu, Itiúba e Valente;
- Envolvimento para a aplicação da Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009; da qual resultou na valorização da agricultura familiar, pois os municípios começaram a comprar esses produtos diretamente pelas associações de agricultores familiares para a merenda escolar. A partir do trabalho desenvolvido com ficha pedagógica, os/as estudantes começaram a aceitar melhor a inserção dos alimentos da agricultura familiar no cardápio da alimentação escolar;
- Coleta seletiva de plásticos, papelões dos produtos utilizados na merenda escolar e outros de uso geral na escola, os quais são vendidos em benefício da escola Daniel Ferreira na comunidade de Jibóia e em da associação na Escola Tiradentes na comunidade de Lajinha, ambas em Retiroândia;
- Autonomia de alguns municípios em planejar e realizar as formações para seus/as educadores/as;
- **10.237** famílias participaram das devoluções nas escolas;
- Abertura de 08 postos de Saúde que estavam fechados em comunidades do município de Cansanção, reivindicados pelos moradores dessas comunidades, provocadas pelas escolas, através do debate sobre Políticas e Serviços Públicos.

É perceptível também o resultado com as famílias e comunidades, a partir das devoluções:

- Limpeza pública nas comunidades, esta feita pela própria comunidade e servidores públicos municipais;
- Coleta e reciclagem de lixo nas comunidades;
- Recuperação de algumas estradas por parte de órgãos responsáveis, em especial no município de Conceição do Coité, a partir de reivindicações das famílias;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- Associações Comunitárias que voltaram a funcionar também em Conceição do Coité;
- Construção de hortas nas escolas e comunidades, garantindo assim alimentos mais saudáveis e ganhos para as famílias;
- Melhor cuidado com o meio em que vivem e tratamento do solo e das águas;
- Famílias solicitando melhorias nas estruturas físicas das escolas;
- Famílias mais abertas para o diálogo e mais presentes e atuantes na escola, dentre outros.

Neste campo, mesmo diante dos avanços e conquistas alguns desafios são apontados:

- As mudanças políticas de Secretários/as de Educação, coordenadores/as e professores/as, assumindo pessoas que não conheciam a metodologia do CAT, dificultando assim a eficiência do trabalho em alguns municípios;
- Pouca participação de alguns representantes da sociedade civil nas atividades de educação em seus municípios;
- Planos de curso municipais descontextualizados, muitos deles seguindo apenas orientação estadual, ou seja, os municípios não possuem um currículo contextualizado.
- Rotatividade de professores/as e dificuldade de realizar os encaminhamentos do transformar, por falta de reuniões de devoluções nas escolas, pois muitos/as professores/as ainda não compreendem bem a metodologia como fazer as devoluções e falta de integração escola-comunidade;
- Dificuldades de trabalhar a ficha pedagógica nas salas multisseriadas;
- Pouco apoio por parte de alguns gestores municipais com a Educação do campo, não disponibilizando recursos, materiais e pessoal para o trabalho;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- Falta de transporte em muitos municípios para os/as coordenadores/as acompanharem o trabalho pedagógico em sala de aula e para os/as professores/as participarem de todas as atividades de formação;
- Falta de orçamento específico para a educação do campo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da maioria dos municípios.

Estes aspectos dentre outros, demonstram a necessidade de um aprofundamento maior da metodologia nos municípios e da necessidade de maior envolvimento dos gestores municipais. O principal desafio do Projeto CAT para 2012 é que ele deixe de ser um projeto do MOC em parceria com a UEFS, e, efetivamente entre na política municipal, no orçamento municipal, e que os/as gestores/as o percebam enquanto parte de uma estratégia de desenvolvimento do município, e, portanto, contribuindo para a erradicação da pobreza. Ou seja, investir na educação do campo contextualizada, com um sistema municipal de educação, um currículo e orçamentos disponibilizados para a efetivação do CAT, não mais enquanto projeto, mas enquanto uma política de educação, a exemplo do que os municípios de Serrinha, Valente, Pintadas, Nordestina que estão iniciando esse processo.

2. Projeto Baú de Leitura – Formação para leitura lúdica e contextualizada

O Projeto Baú de Leitura (PBL) complementa e fortalece a educação do campo nos municípios onde atua. Está inserido dentro do Projeto CAT, nas escolas municipais e nas jornadas ampliadas das ações socioeducativas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). É um projeto que busca incentivar o gosto duradouro pela leitura, através de uma metodologia específica, na qual, através da literatura infanto juvenil, da contação de histórias contextualizadas, da arte educação, motiva educadores/as, crianças, adolescentes e suas famílias a adquirirem o gosto pela leitura. Ou seja, o Baú é um projeto de formação de leitores/as, fazendo da leitura instrumento de desenvolvimento



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

das pessoas, de cidadania na busca pela melhoria de vida e da erradicação da pobreza.

A partir do ano 2010, e intensificando em 2011, o Baú de Leitura foi ampliado para mais 80 municípios do semiárido Bahia, com um convênio firmado entre o MOC e a Secretaria da Educação do Estado (SEC), totalizando **92 municípios** que o MOC fez a formação de gestores/as, coordenadores/as e professores/as. Dessa forma, em 2011 o PBL desenvolveu as seguintes ações:

a) Formação de Professores/as e Coordenadores/as Municipais do PBL:

Continuou as ações e os processos de formação com os professores/as e coordenadores/as, contribuindo na melhoria da

prática leitora e para melhoria da educação nas escolas do campo. As formações aconteciam de forma que professores/as compreendessem bem a metodologia e desenvolvessem sua prática fortalecendo os três motes do Baú de Leitura: Mote I: Identidade pessoal e cultural; Mote II: Meio Ambiente e Tecnologia e Mote III: Participação Política e Cidadania.

Abrangência do Baú de Leitura

92 municípios do semiárido;

606 escolas do campo;

1.650 professores/as envolvidos/as;

45 mil crianças e adolescentes envolvido/as;

1.600 Baús de Leitura itinerantes nas escolas;

64 mil livros de literatura infanto juvenil circulando pelas escolas do campo

- **Formação Inicial: Sensibilização para leitura prazerosa** - 20 encontros de formação inicial para professores/as e coordenadores/as novos, de forma que se preparassem para iniciar um processo de inserção da leitura lúdica e contextualizada nas escolas dos seus municípios. Nesses encontros com profissionais há um processo de envolvimento para o mundo prazeroso da leitura, com construção de



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

memorial leitor, resgatando a história de vida das pessoas e sua relação com mundo da leitura, retornando à infância para construir ou desconstruir lembranças dos primeiros contatos com a leitura. Também são trabalhados elementos como a concepção de leitura crítica e exercícios de leitura prazerosa a partir da literatura infantil brasileira, com livros que possibilitam a reflexão a cerca da identidade pessoal, o meio ambiente e a cidadania.

A partir dos encontros de formação inicial, aproximadamente **650 novos** profissionais iniciaram o trabalho com uma nova modalidade de leitura em 2011, e **cerca de 510 novos Baús foram inseridos nas escolas**. Educadores/as e Coordenadores/as realizaram seminários municipais para maior envolvimento e comprometimento dos gestores com o projeto nos municípios. Como resultado, percebe-se um maior envolvimento desses gestores, bem como mais motivação para crianças e adolescentes freqüentarem as escolas, desenvolvendo seus potenciais criativos, melhorando a leitura e escrita, e oralidade, como bem expressa dos/as educadores/as.

“Cada etapa da nossa vida serve como descoberta, a qual só aumenta o nosso conhecimento crítico e reflexivo de ver o mundo. Nesse sentido, o projeto Baú de Leitura fez-se presente nessa etapa das nossas vidas, possibilitando esse desejo e o prazer de enxergar o mundo com suas histórias. Parabéns pelo grande projeto!” (Síntese de educadores/as do município de Euclides da Cunha).

Essa percepção de professores se reflete na prática como resultado da formação. Ainda como um dos principais resultados dessas formações, **92 municípios adquiriram mais de 240 Baús de Leitura com recursos próprios**, o que demonstra um avanço na perspectiva das políticas públicas de



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

leitura. Assim, multiplica-se a quantidade de baús nos municípios e o acesso ao direito à leitura e literatura por crianças e adolescentes.

b) Encontros de Aprofundamento da Metodologia - Estes encontros são para professores/as que já realizaram as sensibilizações e estão atuando em sala de aula com o Baú de Leitura. Aproximadamente **1.250 professores/as participaram de encontros de aprofundamento da metodologia e requalificação da prática**. Na ocasião realizava-se a avaliação da prática, as dificuldades e avanços, onde se percebeu que havia muitos baús parados, professores/as desmotivados/as para desenvolver o trabalho, pouca criatividade para inovação em sala de aula.

Estas foram também oportunidades para o estudo de temáticas como meio ambiente, segurança alimentar, educomunicação, relações sociais de gênero, educação não sexista, além das habilidades leitoras. Essas temáticas, eram trabalhadas a partir dos livros de literatura infantil, provocando o debate e as mudanças de atitudes, aprendendo a respeitar e cuidar das pessoas, sem discriminação, a cuidar do meio ambiente, a utilizar instrumentos de comunicação em sala de aula e ter uma visão mais crítica dos meios de comunicação, bem como construir peças de comunicação através da metodologia de educomunicação.

O Projeto Baú de Leitura envolve atualmente cerca **de 45 mil crianças** tendo acesso a livros de literatura infanto juvenil, contextualizados e voltados para uma proposta pedagógica que desenvolva visão crítica de mundo. Somando um total de **1600 baús**, perfazendo um total de **64.000 mil livros de literatura infanto juvenil, em 22 municípios**. Essa parceria MOC – SEC proporcionou o maior número de crianças tendo acesso a livros de literatura infanto juvenil.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Todos os municípios onde foi implantado e/ou fortalecido o Baú de Leitura, localizam-se no semiárido baiano e foram inseridos por terem estatísticas de pobreza e subdesenvolvimento muito altas, a saber: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O Baú de Leitura vem dessa forma, contribuindo para mudar a realidade da educação e da vida das crianças, adolescentes e suas famílias.

c) Formação Continuada com os coordenadores/as do Baú de Leitura – foram realizados, com os diversos grupos: um grupo com coordenadores dos municípios que tem o Projeto CAT, outro com municípios que implantaram o Baú de Leitura em 2010 e outro grupo que de coordenadores que iniciou o trabalho em 2011. No total, o MOC realizou **09 Encontros** com Coordenadores/as municipais do projeto.

Os Encontros com as coordenações municipais são para avaliar o trabalho em cada município, aprofundar e debater os avanços e dificuldades encontradas, estudar alguma temática que venha fortalecer as ações e replanejar a prática. Assim a metodologia se constitui na ação-reflexão-ação. Ou seja, esses encontros são mais para acompanhamento e monitoramento dos processos. Neste ano, as principais temáticas estudadas com as coordenações municipais nos encontros de formações foram:

- **Identidade Pessoal e Cultura** – estimulando a valorização da cultura local (aprofundamento da cultura indígena e africana, através dos livros de literatura);
- **Relações Sociais de Gênero (educação não sexista e não-discriminatória)** – como o respeito a solidariedade e cooperação entre meninos e meninas acontecem em sala de aula através dos jogos, brincadeiras, leituras, trabalhos em grupos, etc;
- **Agroecologia e Convivência com o Semiárido** – a partir do Mote II de Meio Ambiente;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- **Políticas Públicas voltadas para a prática leitora** – a garantia de direitos ao sujeito do campo;
- **Educomunicação** – a partir das leituras e reflexões dos livros, os educadores e educadoras desenvolviam metodologia para construir peças de comunicação e uma leitura mais crítica, relacionando com a realidade.
- **Desenvolvimento e Sustentabilidade** – esta temática também relacionada com o Mote II (meio Ambiente) e Mote III (Cidadania e Participação Política).

As formações contribuíram assim para os seguintes resultados:

- As relações sociais na sala de aula com mais equidade de gênero;
- Maior facilidade de interpretação tanto dos/as professores/as;
- Maior envolvimento da família com a escola e a aprendizagem das crianças e a valorização do meio em que vivem;
- Melhor compreensão da metodologia e maior motivação para as coordenações municipais e educadores/as;
- Realização de **Núcleos de Leitura** – espaço de leitura construído nos próprios municípios, para estudos e planejamentos dos trabalhos;
- Gestores escolares e a coordenação pedagógica municipal se envolvendo mais no projeto, onde são debatidas temáticas relacionadas à leitura (técnicas de contação de histórias, a importância da contação de histórias, relações de gênero e artes plásticas);

d) Visitas de acompanhamento e Intercâmbios: A partir das formações, os municípios planejaram diversas ações. Foram realizadas, **22 visitas aos municípios** para acompanhar o Projeto, visitar as escolas e dialogar com gestores nos municípios onde encontrava-se dificuldades de implantar e fortalecer o projeto. Uma das inovações esse ano foi a realização dos **Intercâmbios com núcleos intermunicipais** visando a troca de saberes e experiências



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

entre vários municípios. Além disso, na busca de práticas leitoras, muitos/as educadores/as e coordenadores/as tem participado de vários espaços onde se discute sobre políticas públicas de leitura para o semiárido, como em associações, sindicatos, fóruns, conselhos, seminários, conferências municipais, intermunicipais e estadual, comissão do Pacto Um Mundo Melhor para Crianças e Adolescentes no Semiárido e nos Codes Sisal e Bacia do Jacuípe. Abaixo, testemunhos de coordenadores municipais sobre o processo do Baú de Leitura:

“O Baú de Leitura não é apenas interpretação, dramatização, vai além... Buscando historicamente em sua essência, o contexto desde os primórdios aos anos atuais, tentando resgatar o entusiasmo nos movimentos de leitura, revendo intrinsecamente que uma leitura prazerosa é para ser contada, ouvida, carregada na pele e em todos os momentos. O Baú é um delicioso sabor de um deleite amoroso, histórico e contagiante”. (Adenildes Mendes, coordenadora do município de Bonito- BA).

“As formações sempre servem de estímulo para a melhor atuação do coordenador na própria metodologia e com os professores em seu município, saio daqui cheia de gás e com vontade de trabalhar.” (Giselda Pinheiro – coordenadora do Baú do município de Xique-Xique BA).

Dinamização da aprendizagem das Crianças e dos Adolescentes: Nos espaços onde os/as educadores/as desenvolvem a metodologia do Baú de Leitura, estes têm sinalizado uma maior compreensão e melhoria no índice de aprendizagem, de frequência escolar, maior rendimento nas habilidades, na sensibilidade e nas relações sociais. Esses resultados foram demonstrados através dos trabalhos das crianças apresentados e socializados nos encontros



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

de formações e nas apresentações culturais das crianças. O projeto tem conseguido com a metodologia participativa depois dos livros lidos, as histórias contadas de forma criativa e através das três dimensões (artística, social e política), que são trabalhadas, a inclusão das crianças com necessidades especiais, já que às vezes essas crianças eram excluídas, ficavam de fora de várias atividades que eram desenvolvidas na sala de aula.

As crianças têm a oportunidade de interpretar sem medo os textos e histórias lidos, de falar o que entenderam e compreenderam, fazendo sua leitura de mundo a partir do contexto de vida onde estão inseridos. Assim, de maneira lúdica as crianças foram desenvolvendo a oralidade e melhorando sua escrita paulatinamente, principalmente a interpretação e melhorando sua desenvoltura, diminuindo a inibição e descobrindo suas habilidades e reforçando as sensibilidades para as questões sociais, ambientais, relações de gênero, trabalhos em grupo sem discriminação, etc.

O Baú de Leitura busca incentivar as crianças e adolescentes através da ludicidade a um desenvolvimento processual permanente na escola (e fora dela) e a uma continuidade nos estudos no seu local de origem, tendo direito a uma educação de qualidade e contextualizada.

- **Envolvimento das Famílias e Comunidade com o Projeto** - Segundo relato dos educadores/as aumentou o interesse da família na vida escolar de seus/as filhos/as por causa da mudança de comportamentos e de posturas em relação à leitura, mais interesse pela contação de causos e histórias e a valorização da cultura local e da história de sua comunidade e do município, a busca de livros de literatura em outros espaços e ainda a preocupação no que tange a preservação do meio ambiente. Pais e mães empolgados/as realizando contação de histórias na sala de aula e fora dela, oficinas de costura, pintura e bordado com a participação da família na escola.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

O projeto tem envolvido a comunidade e adentrado espaços diversos em alguns municípios, além disso, tem sido um instrumento de interação e inclusão em hospitais com crianças e adultos doentes, onde através da contação de histórias em diversas linguagens são propiciados momentos lúdicos e prazerosos amenizando um pouco seu sofrimento.

Nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referencias Especializado da Assistência Social (CRAS) onde há um grande número de famílias em vulnerabilidade social, as mesmas estão tendo acesso a momentos prazerosos através do acervo do Baú, onde muitos podem se ver nas histórias retratadas e recontadas, contribuindo assim para estreitar os vínculos familiares e a partir deste momento, muitos pais e mães começam a incentivar seus filhos/as sobre a importância de darem continuidade aos estudos, vendo a leitura como um instrumento que garante o acesso aos conhecimentos, direitos e a cidadania, em consequência disso a diminuição da pobreza, melhorando assim a qualidade de vida da família e da comunidade.

Como principais resultados do Baú de Leitura em 2011, podemos elencar:

- O município de **Serrinha adquiriu 100 baús** com recursos próprios e, gradativamente, todas as escolas do campo estarão desenvolvendo a metodologia do Baú de Leitura;
- No município do Sítio do Quinto, todas as escolas do campo estão desenvolvendo a metodologia do Baú de Leitura;
- 92 municípios participaram das formações continuadas para professores desenvolverem a metodologia de leitura prazerosa;
- Famílias participando mais da vida escolar dos filhos/as e das atividades desenvolvidas nas escolas e tendo curiosidade com relação a metodologia do baú, já que seus/as filhos/as estão a cada dia lendo mais e se envolvendo mais com o projeto;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- Dias de estudos nos municípios com diversas temáticas relacionadas ao despertar o desenvolvimento da leitura prazerosa contribuindo para um melhor desempenho para aprendizagem das crianças com um público variado;

Porém enfrentamos ainda alguns desafios, como por exemplo:

- Dificuldades em motivar os gestores para ampliar o projeto no município. Alguns apenas esperam receber os Baús e não adquirem com recursos próprios;
- Alguns educadores/as ainda desmotivados e com pouca compreensão da metodologia do projeto para desenvolver suas ações;
- A pouca integração de outros projetos com o Baú de Leitura nos município;
- Alguns municípios, os educadores e educadores não estão integrados/as com a educação do campo, a exemplo do Projeto CAT.

Estes desafios serão planejados para superação no próximo ano. No entanto, as conquistas e avanços com o Baú de Leitura são animadoras para continuarmos desenvolvendo as ações. Em seus 12 anos de existência o Projeto Baú de Leitura através de sua metodologia, vem mostrando que é possível através de uma leitura lúdica, prazerosa e crítica de mundo, a melhoria da educação do campo e do aprendizado no que diz respeito à leitura, escrita e oralidade, tanto dos/as educandos/as quanto dos/as próprios/as educadores/as, visando à transformação da comunidade.

Dessa forma, vamos construindo um semiárido mais justo, onde as pessoas possam viver com alternativas buscando meios e novas tecnologias de convívio com as especificidades locais, de forma digna e assim, possam desenvolver suas potencialidades. Tudo isso para combater a grande



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

desigualdade e pobreza que assolou durante década no semiárido, esse é o objetivo de todas as ações do projeto Baú de Leitura. Através da educação contextualizada, com o Baú de Leitura é possível construir um novo semiárido, com elevação da auto-estima das pessoas acreditando que é possível um mundo melhor.

3. Intercâmbio de Crianças para Avaliação de Aprendizagem

Uma ação de integração dos dois projetos: CAT e Baú de Leitura foi a necessidade de avaliação do desenvolvimento das crianças. Dessa forma, em 2011 realizamos em Feira de Santana um Intercâmbio de Crianças e Adolescentes das escolas do campo que trabalhavam com ambos os projetos. Esse intercâmbio tinha como objetivo integrar e intercambiar conhecimentos, além de avaliar o desenvolvimento das crianças.

Durante a atividade foram realizadas oficinas de leitura e contação de histórias, jogos matemáticos, educomunicação, teatro infantil, visita ao Parque do Saber e à UEFS. O Intercâmbio proporcionou, além dessa troca de saberes entre as crianças, a avaliação da aprendizagem das mesmas relacionadas à leitura, escrita, habilidades matemáticas e raciocínio lógico e conhecimentos sobre o semiárido.

Nas avaliações percebemos que as crianças apresentam ainda dificuldades nas relações sociais de gênero, algumas dificuldades na escrita e na oralidade. O que serviu como indicação para trabalharmos mais nas formações com professores/as. Por outro lado, demonstraram conhecimentos da realidade local do semiárido, de integração de saberes e envolvimento com as novas descobertas. Em 2012 haverá intercâmbios para troca de saberes e avaliação da aprendizagem.

4. Formação com representantes da sociedade civil



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

O envolvimento dos sujeitos sociais do campo é um dos princípios da educação do campo. Assim, buscamos cada vez mais envolver as organizações da sociedade civil a exemplo das associações comunitárias, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar, Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, etc. As formações foram realizadas através de seminários, reuniões nos sindicatos de trabalhadores e em comunidades rurais, dias de estudos e visitas às entidades para mobilização e motivação.

Essas formações tinham como objetivos contribuir na compreensão da legislação educacional, nos princípios e metodologia da educação do campo, fortalecendo as entidades para ocupar espaços de construção de políticas públicas, a exemplo de conselhos, fóruns, comissões, grupos para construção dos planos municipais, constituição de departamentos de educação nos sindicatos. Atualmente, **08 Sindicatos construíram seus departamentos de educação estatutário**: Araci, Conceição do Coité, Serrinha, Santa Luz, Cansanção, Quijingue, Queimadas e Valente. Outras entidades estão em processos.

Por outro lado, incentiva-se a participação da sociedade civil nos encontros de formação do Projeto CAT, no acompanhamento do trabalho nas escolas, nos momentos de formação e de planejamento do trabalho nos municípios.

Nesse ano, os sindicatos realizaram seminários sobre educação do campo e agricultura familiar com recursos próprios, acompanharam as formações do CAT e as devoluções nas comunidades. Isso é considerado um avanço, pois anos atrás não havia representações da sociedade civil acompanhando o projeto ou mesmo inserindo na pauta de suas ações a educação do campo.

Em 2011 a partir dos seminários promovidos pelo MOC e sindicatos, a sociedade civil buscou conhecer melhor a realidade da educação nos seus municípios. Assim, definiu-se por realizar visitas às escolas e comunidades, entrevistar pessoas e conhecer bem de perto as instalações físicas das escolas do campo. Dessa forma, definiu-se por realizar um breve diagnóstico para



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

observar da situação das escolas do campo nos municípios. Este trabalho se constituiu em visitar escola por escola da zona rural, e é realizado, muitas vezes de forma voluntária, pois os sindicatos de trabalhadores rurais não possuem funcionários para a ação de educação.

Os resultados ainda não foram concluídos, mas podemos destacar que das 115 escolas visitadas nos 12 municípios, algumas escolas apresentaram uma situação interessante, com a execução dos projetos CAT e Baú de Leitura, além de possuírem projetos políticos e boas instalações. Porém algumas outras precisam de modificações. Alguns dados que serão analisados no próximo período, buscando uma transformação, das escolas visitadas:

- **Das 115 escolas visitadas, 37** escolas estão com boa qualidade (com água, sanitário, cozinha, proposta pedagógica adequada à realidade do campo e funcionários);
- **06** escolas não tem acesso à água;
- **29** escolas do campo não tem banheiro;
- **09** escolas não tem cozinhas;
- **28** escolas não tem Projeto Político Pedagógico;
- **32** escolas do campo não trabalham com projeto de educação do campo;
- **45** escolas não têm conselho escolar.

Estes dados foram apresentados no Seminário do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Sisal, além deste espaço, esses resultados estão sendo apresentados aos Conselhos Municipais de Educação. Ao concluir o diagnóstico em 2012, será elaborado um plano para atuação e modificação dessa realidade, junto com os Conselhos e em diálogos com gestores.

A Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

O Programa de Educação participa dos Grupos de Trabalhos dos Codes Sisal e Bacia do Jacuípe. O trabalho desses GTs é de articular ações e políticas de educação para contribuir no processo de desenvolvimento territorial, inserindo elementos da educação do campo e contextualizada, para fortalecimento das ações já desenvolvidas nos municípios onde o MOC atua.

Dessa forma, dentro do debate da educação enquanto instrumento do **desenvolvimento territorial sustentável**, aconteceu em Mairi o **Fórum de Educação Contextualizada da Bacia do Jacuípe**, que discutiu a importância e construção do currículo nas escolas do semiárido baiano. Estiveram presentes professores/as que atuam no CAT e Baú de Leitura. O Fórum possibilitou o debate sobre o porquê debater esse tema nas escolas e nas comunidades.

No Território do Sisal foi realizado o **Seminário Territorial de Educação do Campo e da Agricultura Familiar**, contando com a participação dos 20 municípios e dos diversos públicos envolvidos: gestores, educadores/as, coordenadores/as, representantes de entidades da sociedade civil, estudantes, dentre outros. Esses eventos contribuíram para o fortalecimento das ações de educação nos dois territórios, articulando e fortalecendo as ações nos municípios.

Contribuição para elaboração das Políticas Públicas

Como um dos principais objetivos do Programa de Educação é contribuir na construção de políticas públicas, em 2011 continuamos com os processos de formação com conselheiros/as municipais de educação, diretores de escolas e gestores. Foram poucos momentos com estes públicos, devido à escassez de recursos para esta ação, porém através de alguns encontros e visitas aos municípios, buscou-se provocar os gestores e conselheiros/as para inserir a educação do campo nas políticas municipais, enquanto um direito dos povos



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

do campo e como estratégia de erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, os coordenadores/as que atuam no CAT e Baú de Leitura, por sentirem necessidade de provocar nos/as gestores/as municipais uma ação mais atuante dos mesmos e reivindicar direitos básicos para as escolas e comunidades, afim de obter algumas melhorias para as pessoas que vivem e estudam por lá e também estimulando educandos/as e família a também irem em busca de seus direitos. O estudo dessas políticas teve resultados importantes, pois muitas ações, segundo relatos de professore/as, coordenadores/as, diretores de escolas e gestores possibilitaram repensar as ações concernentes as políticas públicas.

De forma, resumida dos 21 municípios que atuamos com o Projeto CAT e Baú de Leitura e que buscamos contribuir na construção de políticas públicas, desde 2006 até o memento, constatamos que:

- **15** municípios possuem plano municipal de educação, porém precisando reformular;
- **13** municípios possuem um sistema municipal de educação;
- **03** municípios possuem apenas Lei de Diretrizes Orçamentárias que contempla a educação do campo, o que se torna um desafio para 2012 intensificar o trabalho na perspectiva.

Resultados esses que precisam ser ampliados no próximo período. Porém é um avanço, embora os desafios sejam grandes para construir as políticas públicas e garantir os direitos aos povos do campo do semiárido a uma educação do campo contextualizada, como instrumento que contribui para a erradicação da pobreza. Teremos **grandes desafios** que é incentivar os municípios para revisão dos planos municipais, para construção de um



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

currículo contextualizado na perspectiva da convivência com o semiárido, enfim, nas mudanças estruturais da educação nos municípios.

CONCLUSÃO

É perceptível alguns avanços no sentido do objetivo geral e da missão do Programa de Educação do MOC, de contribuir na construção de políticas públicas de educação do campo, enquanto um direito aos povos do campo do semiárido. Ter uma educação de qualidade, a partir do lugar onde estão inseridos, é um dos elementos que contribui para elevação de índices de desenvolvimento humano e erradicação da pobreza.

Em 2011 envolvemos, nos processos de formação, um público adulto de aproximadamente **5.200 pessoas**, em encontros, seminários, oficinas, intercâmbios, etc., e uma envolvemos uma média de **45 mil crianças e adolescentes**, envolvidos/as no projeto CAT e no Baú de Leitura.

Para o próximo ano, um grande desafio: as eleições municipais e as mudanças de gestores, que sempre trazem consigo instabilidades de continuidade de alguns processos iniciados. Porém, pretendemos intensificar a formação com os diversos públicos, motivá-los para que contribuam, de forma integração, na construção de políticas de educação do campo contextualizada, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza nos municípios do semiárido.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

PROGRAMA DE JUVENTUDE

Contribuindo para que a juventude faça melhores escolhas na vida

Diante do desafio de formar jovens para o acesso aos direitos, nos deparamos com o crescimento da exclusão social e a situação de pobreza dentre os/as jovens, face ao atual processo de modernização do capitalismo contemporâneo e as (ainda poucas) ações públicas de inclusão da juventude, principalmente no que tange a políticas de trabalho e de escolarização.

O Brasil tem adquirido uma consciência mais acurada sobre a importância estratégica do tema juventude. Multiplicaram-se na última década as iniciativas – governamentais e não – voltadas a esse segmento. Nesses avanços, merece reconhecimento, em primeiro lugar, a contribuição trazida pelos próprios jovens.

O Programa de Juventude do MOC tem desenvolvido ações que contribuem cada vez mais para tornar os jovens mais ativos em relação a sua qualificação para melhorarem de vida. Nesse sentido, o passo mais importante é uma formação complementar a educação formal, como estímulo a formulação de projetos inovadores que façam da vida numa região semiárida, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida, com oportunidades.

A formação também procura valorizar os jovens, suas identidades, seus círculos de amizade, suas formas de vida, contribuindo para o surgimento de novas atividades, novas formas de organização e evitando, na prática, a falsa, a monotonia e a pobreza da vida e os conhecidos problemas das sociais.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Nas práticas de cunho recreativo, cultural, esportivo e religioso, passando pelo envolvimento em ações comunitárias e de solidariedade, incentivamos os próprios jovens protagonizarem ações e descobrirem saídas às poucas oportunidades de inserção cultural e de lazer de seus municípios.

Ações estratégicas e resultados alcançados

As ações do Programa de Juventude do MOC em 2011 procuraram contribuir para a formação de jovens, na perspectiva do acesso aos direitos, bem como para o empreendedorismo juvenil, através de iniciativas que fortalecem seu protagonismo, reafirmem suas identidades e os projetem na direção do desenvolvimento. Neste sentido, os objetivos do programa foram:

01 - Apoiar a criação e estruturação do Grupo Temático (GT) de Juventude do CODES Sisal;

Foram realizados encontros/reuniões com lideranças das organizações parceiras do território como FATRES, AMAC, APAEB Araci, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de diversos municípios. A principal função destes encontros foi elaborar estratégias para a mobilização da juventude na criação do GT no colegiado territorial, a fim de, uma vez inserido neste espaço discutimos políticas públicas e pautarmos orçamentos e ações direcionadas do Codes Sisal à juventude sisaleira. Atualmente o GT foi criado e se reúne sistematicamente.

02 - Participar e fortalecer as redes, fóruns e conselhos das áreas de interesse da juventude;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Outro avanço significativo em nossas ações em 2011 foi a atuação nos espaços político-institucionais de discussão das políticas públicas para juventude. Na região onde atuamos, fomos eleitos para integrar a coordenação do GT de Juventude do CODES Sisal.

Em âmbito nacional, passamos a integrar o Comitê Permanente de Juventude Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), onde atuamos juntamente com outras organizações reconhecidas no país no campo da juventude. Neste espaço discutimos, pautamos e interferimos nas políticas públicas voltadas a juventude rural brasileira. Além disso, são realizadas as seguintes atividades:

- Garantir crédito e assistência técnica diferenciada para a juventude rural, camponesa e ribeirinha e reestruturar as política de crédito para a juventude rural consolidando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Jovem) e o acesso às demais linhas do Pronaf;

Sobre Trabalho Decente:

- Sistematizamos propostas para o Plano Nacional de Trabalho Decente para Juventude Rural;

Conferências de Juventude

- Apoiamos a realização de conferências de juventude em vários estados;

Programa Nacional de Educação do Campo



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- Apresentamos propostas para a Política Nacional de Educação do Campo contemplando ações de juventude;

Também em âmbito nacional, destaca-se nossa participação na Rede Jovem Rural, um projeto coletivo formado pelas instituições (Moc, Arcafar-Sul, Cedejor, Mepes, Instituto Souza Cruz e Serta), que em 2005, promoveram a I Jornada Nacional do Jovem Rural, com o foco na implementação de ações de cooperação e defesa conjunta do jovem rural brasileiro.

Juntos, realizamos a IV edição da Jornada Nacional do Jovem Rural, que reuniu cerca de **quatrocentos jovens e educadores rurais de todas as regiões do país de 23 a 26 de agosto de 2011**, em Domingos Martins, na

Zona Serrana do Central Espírito-Santense, para debater o tema “Por uma Agricultura Familiar, profissional e inovadora”.

03 - Apoiar e articular a juventude para as Conferências de Juventude nos Territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe;

- Apoiamos a realização de 11 Conferências Municipais de Juventude nos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão. As conferências aconteceram nos municípios de Antônio Cardoso, Araci, Conceição do Coité, Nordestina, Nova Fátima, Pé de Serra, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz e Serrinha.

04 - Assessorar grupos e organizações juvenis nos seus processos políticos e institucionais;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- Apoiamos 05 Coletivos juvenis na elaboração de seus planejamentos anuais;
- Assessoramos 03 Coletivos na elaboração de projetos voltados à capacitação e fortalecimento institucionais;

05 - Formar jovens para o empreendedorismo e intervenção qualificada nos processos de desenvolvimento sustentável, solidário e com enfoque territorial;

- Formamos 27 jovens para o desenvolvimento de empreendedoras, bem como, para sua intervenção nos processos de desenvolvimento rural sustentável, solidário e com enfoque territorial.

CONCLUSÃO

Avaliamos que, de um modo geral, as ações realizadas pelo Programa de Juventude do MOC tem se qualificado, sobretudo na perspectiva do desenvolvimento territorial, na relação com as organizações atuantes nos territórios, visível no fortalecimento da parceria com a FATRES, a AMAC, os Coletivos Juvenis, FATRES e o CODES, bem como, na sistematização de ações voltadas ao desempenho sócio-profissional de jovens, a marca disso são os avanços com o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) no território, e a incidência de jovens construindo novas profissões rurais e se informando para melhor produzir comida, diversão, arte e renda no meio rural.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

AÇÕES DO PROGRAMA DE JUVENTUDE

27 Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR);

12 Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável ministrando cursos de GRH para o MOC;

08 Jovens implementando seus projetos de vida;

05 Jovens atuando estrategicamente em espaços políticos institucionais do território do Sisal;

02 Jovens se inseriram em organizações do território, ocupando funções como técnicas em agropecuária;

03 Jovens inseridos em cursos universitários, a partir do incentivo do PJER;



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

ANEXOS

QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PFAF)

Sub-programa	Ações	Atividades	Número de atividades	Média de participantes	Total de participantes
Assistência Técnica e Extensão Rural	Fortalecer as organizações para monitorar e qualificar a ATER nos territórios.	Reuniões com entidade parceira município	03	25	75
		Encontro regional de monitoramento com a equipe de ATER, jovens multiplicadores e dirigentes das organizações locais	02	30	60
		Intercâmbio experiência exitosa	02	30	60
		Reunião comunitária	10	25	250
	4700 Famílias e 160 mulheres com acompanhamento sistemático com foco na agroecologia, convivência com o semiárido, organização social e segurança alimentar.	Visitas técnicas a cada unidade de produção familiar para realização do diagnóstico participativo;	2860	2860	2860
		Encontros de socialização e planejamento das ações coletivas;	02	160	160
		Visita técnica a UPF para assessorar a implantação de práticas agro ecológicas;	5475	5475	5475
		Reunião coletiva	140	30	4200
		Planejamento participativo	01	270	270
		Seminário regionais sobre Transição agroecológica	03	60	180
		Intercâmbio experiência exitosa	07	20	140
		Reunião com equipe técnica para monitoramento e planejamento das ações	04	25	100
	Consolidar as propriedades como centro de difusão de práticas agroecológicas com foco na cultura do estoque; Sistematizar e divulgar as experiências das propriedades consolidadas.	Intercâmbio para troca de saberes entre famílias e grupos com base na agroecologia e segurança alimentar	07	20	140
		Capacitação das famílias para convivência com semiárido	04	25	100
		Reunião coletiva	35	30	1050
		Oficinas sobre planejamento da propriedade	04	20	80
		Oficina de Convivência com semiárido	03	25	75
		Intercâmbios a experiências exitosas em agroecologia, acentuando-se para caprinocultura	05	20	100
		Curso de qualificação de agricultoras/es	08	25	200

A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Assessorar as famílias nos processos comunitários.	Oficina sobre manejo de Caprinos	04	20	80
	Seminário Transição agroecológica	01	250	250
	Reunião com equipe técnica para monitoramento e planejamento das ações	05	25	125
	Oficina sobre manejo de Caprinos	02	25	50
	Reunião de monitoramento equipe técnica	03	25	75
	Curso de qualificação de agricultoras/es	06	20	120
	Curso de formação em agroecologia	04	20	80
	Reunião coletiva	35	30	1050
	Intercâmbio experiência exitosa	02	25	50
Contribuir para o fortalecimento da ARCO Sertão e Rede Produtora da Bahia e de seus filiados, visando a melhoria na sua organização social, política e econômica.	Reunião do Coletivo da Arco Sertão Bahia para elaboração, monitoramento e avaliar o Plano de Ação;	06	30	30
	Reuniões mensais da coordenação colegiada da Arco Sertão Bahia para planejar, monitorar e avaliar as ações;	12	10	10
	Reunião do Coletivo da RPB para elaboração, monitorar e avaliar o Plano de Ação da entidade;	03	30	30
	Reuniões mensais da coordenação colegiada da Rede de Produtora da Bahia para planejar, monitorar e avaliar as ações;	07	10	10
	Apoio às participações nos espaços de Economia Solidária	10	10	10
	Oficinas de capacitação em gênero, trabalho doméstico e de cuidados e as políticas públicas;	05	30	150
	Reunião de apresentação do projeto e articulação política das entidades parceiras;	01	30	30
	Intercâmbio territorial para conhecer experiências de fundo rotativo solidários;	01	40	40
	Oficina regional para construção do regimento interno do fundo rotativo solidário e definição da comissão gestora do mesmo;	01	30	30
	Reuniões da comissão gestor do fundo rotativo solidário.	03	10	10
	Incentivar e capacitar os EES da	Oficinas sobre viabilidade econômica da produção de base agro ecológica;	05	20

A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

	Oficina sobre agregação de valor aos produtos agro ecológico (in natura);	05	20	200
	Oficinas sobre comercialização e plano de negócio;	05	20	200
	Elaboração e acompanhamento de projetos para o PNAE;	14	23	322
	Elaboração e acompanhamento de projetos para o PAA;	12	27	327
	Oficinas sobre gestão;	05	20	200
	Visitas de acompanhamento técnico aos EES;	01	30	30
	Encontros municipais sobre Políticas Públicas de apoio à produção e comercialização;	10	45	450
	Oficinas regionais sobre qualificação da produção;	10	20	200
	Visitas técnicas a UPF/EES para assessorar o processo de agregação de valor;	140	100	300
	Intercâmbio entre experiências exitosas de produção e comercialização	01	40	40
	Oficina sobre acesso a mercados	02	30	30
	Estudo de viabilidade da Loja da RPB	01	10	10
Sistematizar experiências dos EES.	Reunião ampliada (equipe/MOC, organizações parceiras e jovens lideranças) para construir o desenho da sistematização.	1	30	30
	Reunião de estudo sobre a sistematização com as mulheres rurais e as jovens lideranças femininas	1	30	30
	Reunião ampliada (equipe/MOC, Arco Sertão Bahia e RPB) para construir o desenho da sistematização de acesso a mercado.	1	10	10
	Reunião de estudo sobre a sistematização com os EES;	1	30	30
	Seminário de publicação das experiências dos EES sistematizadas	2	80	160



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

QUADRO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROGRAMA DE ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PASA)

Ações	Atividades	No. de atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Assessoria e formação continuada às Comissões Executivas Municipais para a intervenção da política pública de convivência com o semiárido e realização do controle social	Encontro Microrregional de Planejamento e Avaliação	02	30	60
	Capacitação das Comissões Executivas Municipais	03	20	20
	Reunião de Planejamento e Monitoramento das ações do PASA com as Comissões Executivas Municipais	04	18	18
	Reunião de Monitoramento da equipe	12	12	12
	Encontro de recapacitação com os professores, lideranças e comunidade escolar quanto a gestão de água e convivência com o semiárido e manuseio da cisterna escolar. .	02	20	40
Famílias acessando a água de qualidade para o consumo humano.	Curso de Capacitação de Gerenciamento de Recursos Hídricos	49	30	1.470 famílias
	Curso de Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde.	07	30	210
	Capacitação de Pedreiros/as na técnica de construção de consumo humano	05	10	50
	Visita às comunidades para selecionar às famílias a serem contempladas com a cisterna	25	30	750
	Reunião nas comunidades com os pedreiros e famílias para início da construção.	55	30	1.661 famílias
	Construção das cisternas de consumo humano		30	1661 cisternas construídas
Famílias acessando água para produção de alimentos e dessedentação de animais.	Reunião com as famílias para iniciar a construção de cisternas	9	20	180
	Curso de capacitação das famílias em gestão de água para produção	9	20	180
	Visita de Intercâmbio com os agricultores/as e lideranças	3	40	120



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

	convivência com o semiárido.			
	Curso de pedreiros na técnica de cisterna de produção	3	10	30

QUADRO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROGRAMA DE GÊNERO (PGEN)

Ações	Atividades	No. de atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Incentivar e apoiar a auto-organização das mulheres no âmbito local e territorial.	Seminário regional de apresentação, discussão, monitoramento do projeto apoiado por Manos Unidas junto às lideranças locais e as organizações de mulheres;	01	20	20
	Oficina regional sobre gestão administrativa e financeira dos Empreendimentos Econômicos Solidários;	01	20	20
	Oficina regional para construção do planejamento estratégico das organizações de mulheres	01	20	20
	Visitas técnicas aos empreendimentos econômicos solidários formados por mulheres rurais	18	10	90
	Oficinas sobre gestão;	02	30	60
	Reuniões da Coordenação do Movimento de Mulheres da Região Semiárido da Bahia.	03	15	15
	Encontros de socialização e planejamento das ações coletivas do Projeto de ATER para Mulheres no território do Sisal.	02	80	160
Inserir e refletir a dimensão de gênero junto aos programas/projetos especiais da instituição.	Oficinas sobre educação não sexista no contexto escolar;	02	45	90
	Oficinas de sistematização do impacto das cisternas na vida das mulheres;	02	15	30
Mobilizar, articular e qualificar a participação das mulheres nos	Oficinas de capacitação em gênero, trabalho doméstico e de cuidados e as políticas públicas;	05	32	160



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

espaços de construção, controle e acesso às políticas públicas.	Mobilização e realização das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres;	24	107	2.580
	Reuniões da comissão interterritorial para mobilização e planejamento das conferências;	05	20	20
Apoiar a criação e fortalecer os mecanismos existentes de defesa dos direitos da mulher, com foco na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.	Oficinas municipais sobre relações sociais de gênero, participação nos espaços e acesso as políticas públicas;	03	20	60
	Seminários sobre os mecanismos e prevenção ao enfrentamento a violência contra as mulheres;	10	60	600
	Reuniões de planejamento do Fórum Interterritorial de Mulheres com gestoras públicas para elaboração de ações de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres;	02	20	20
Registrar e sistematizar experiências de participação e autonomia cultural, social, política e econômicas das mulheres.	Seminários de lançamento da sistematização do Caderno de Experiências "Mãos que Trabalham"	01	100	100

QUADRO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO (PCOM)

LINHAS DE AÇÃO	AÇÕES	ATIVIDADES	Nº DE ATIVIDADES	MÉDIA DE PARTICIPANTES	TOTAL DE PARTICIPANTES
Assessoria e qualificação da cobertura jornalística do semiário	Assessoria à imprensa e comunicação institucional	Debates com estudantes de comunicação	02	35	70
		Oficinas de capacitação e reuniões do Grupo de Trabalho de Comunicação do MOC	05	09	09
		Produção do Boletim Informativo MOC	37	1.230	1.230 ⁴
		Elaboração e envio de releases e sugestões de pauta	21	430	430 ⁵
		Produção de matérias para o site institucional do MOC	57	-	-
		Produção e envio de reportagens radiofônicas	06	73	73 ⁶
		Produção do boletim de experiências Bocapiu	01	-	-
		Oficinas de Planejamento, monitoramento e avaliação final	03	15	15
Comunicação Comunitária	Fortalecimento da Abraço Sisal	Oficinas de Intercâmbio entre comunicadores comunitários e Jovens comunicadores	02	40	40
		Visitas de assessoria junto à Abraço Sisal	09	05	05
		Visitas técnicas às rádios comunitárias em parceria com a Abraço Sisal	02	14	28
		Reuniões de diretoria da Abraço Sisal	03	10	10
		Oficinas técnicas sobre captação de recursos	02	20	40

⁴ Refere-se ao número de assinantes do boletim eletrônico.

⁵ Refere-se ao número de jornalistas e veículos cadastradas no mailing.

⁶ Refere-se ao número de rádios cadastradas no mailing para recebimento das reportagens radiofônicas.



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

	Fortalecimento da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura	Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação	03	15	15
		Oficina de capacitação em captação de recursos	01	05	05
		Oficina para construção de projetos	03	04	04
		Visitas de assessoria	05	03	03
		Reuniões de produção de pautas/peças de comunicação	10	03	03
		Reunião de planejamento de comunicação com a diretoria do Codes Sisal	03	15	15
		Visitas de assessoria aos Codes Jacuípe	04	12	12
	Fortalecimento da comunicação de entidades regionais do movimento social	Reuniões do Comitê Regional pela Democratização da Comunicação	05	18	18
		Encontros de planejamento e avaliação final	02	25	25
Educomunicação	Capacitação de educadores do campo e jovens comunicadores em educomunicação	Encontros municipais de formação com educadores do campo	08	20	160
		Oficinas territoriais com educadores do campo para troca de experiências	02	45	90
		Oficinas municipais para produção de peças de comunicação com participação de crianças, adolescentes e educadores	02	30	60
		Visitas locais de monitoramento e assessoria nas escolas municipais	06	12	12
		Encontro regional de Intercâmbio com crianças e adolescentes sobre educomunicação	01	80	80



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

QUADRO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (PEDU)

Atividade	Quantidade de atividades realizadas	Média de participantes por evento	Total de Participantes
Encontros com Coordenadores/as Municipais – Equipes Pedagógicas com a sociedade civil	05	50	50
Encontros para construção de Fichas Pedagógicas com professores/as e Coordenadores	07	40	280
Oficinas temáticas com professores/as para aprofundamento do trabalho	15	35	525
Reuniões de assessoria do Projeto MOC – UEFS	12	10	10
Visitas de acompanhamento às escolas e municípios	44	05	80

Atividades do Baú de Leitura realizadas em 2011

Atividade	Quantidade de atividades realizadas	Média de participantes por evento	Total de Participantes
Cursos de Formação Inicial (Sensibilização para leitura lúdica)	20	35	700
Curso de Aprofundamento da Metodologia	21	35	735
Curso de Aprofundamento e Retomada (Com professores que trabalham com o CAT)	10	40	400
Curso de Retomada e Avaliação da Prática para professores mais antigos no Projeto	15	40	600
Curso para coordenadores do Baú de Leitura que iniciaram em 2010	03	50	50
Curso para coordenadores que iniciaram em 2011	03	40	40
Encontros com Coordenadores mais antigos no projeto (municípios que tem o CAT)	04	32	32
Seminário com gestores municipais	01	95	95
Dia de estudo nos municípios sobre a metodologia do Baú de Leitura	10	45	45



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Visitas as escolas	15	35	350
Participação nos Núcleos de Leituras nos municípios	04	100	400

Atividades realizadas com sociedade civil em 2011

Atividade	Quantidade de atividades realizadas	Média de participantes por evento	Total de Participantes
Seminários Regionais com entidades da sociedade civil sobre concepção e para planejamento e avaliação das ações	04	40	120
Reuniões Municipais de acompanhamento com sindicatos de trabalhadores rurais	18	10	60
Visitas às escolas e comunidades	120	04	400
Participação nos encontros de Formação do CAT e Devoluções do projeto nas comunidades	15	40	50



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

QUADRO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROGRAMA DE JUVENTUDE (PJUV)

Linhas de ação / Sub-Programas	Ações	Atividades	No. de atividade	Média de Participantes	Total de Participantes
Apoiar e articular a juventude para inserção nos espaços de elaboração e controle social das políticas públicas.	Articulação da juventude para criação, participação e inserção nos conselhos gestores de políticas, bem como conferências municipais, territoriais, estadual e nacional.	Reuniões (nos aspectos de capacitação, planejamento e gestão) com os grupos e organizações juvenis para sua estruturação e atuação com a juventude.	26 Reuniões e/ou encontros com grupos e organizações juvenis	12 Jovens	312 Jovens
Participar e fortalecer as redes nacionais de interesse da juventude;	Atuação junto a redes nacionais e territoriais voltadas a juventude	Reuniões e encontros organizar ações de fortalecimento e troca de experiências voltadas ao desenvolvimento sustentável aos territórios rurais	02 Encontros nacionais da Rede Jovem Rural	06 Educadores	06 Jovens
Apoiar e articular a juventude para as Conferências de juventude nos Territórios do Sisal e da Bacia do Jacuipe	Apoio a realização de Conferências de Juventude.	Apoio a realização de Conferências Municipais de Juventude nos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuipe e Portal do Sertão	11 Conferências	80 jovens	880 Jovens
Assessorar grupos e organizações juvenis nos seus processos políticos e institucionais.	Apoio aos Coletivos juvenis na elaboração de seus planejamentos anuais;	Assessoria aos Coletivos na elaboração de planejamentos e projetos voltados à capacitação e fortalecimento institucionais;	13 reuniões e encontros com coletivos juvenis	20 Jovens	260 Jovens



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

GLOSSÁRIO

- **INGÁ** - INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS E CLIMA
- **ASA** - ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO
- **SETRE** - SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DE BAHIA
- **SAM** - SUBPROGRAMA DE ACESSO A MERCADOS
- **ARCO SERTÃO BAHIA** - AGÊNCIA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA BAHIA
- **RPB** - REDE DE PRODUTORAS DA BAHIA
- **UNICAFES** - UNIÃO DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA
- **CODES SISAL** - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO DO SISAL
- **CODES BACIA DO JACUÍPE** - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE
- **PAA** - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
- **PNAE** - PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)
- **COOAMEL** - COOPERATIVA DOS APICULTORES E MELIPONICULTORES DO SEMI-ÁRIDO DO ESTADO DA BAHIA
- **CAR** - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÃO REGIONAL
- **FAPESB** - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA
- **PROINF** - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DA AGRICULTURA FAMILIAR
- **ESS** - EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS E SOLIDÁRIOS



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- **EBAL** - EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL – SUDIC
- **AMAC** - AGÊNCIA MANDACARU DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
- **ABRAÇO SISAL** - ASSOCIAÇÃO DE RÁDIOS E TVS COMUNITÁRIAS DO TERRITÓRIO DO SISAL
- **UEFS** - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
- **LDO** - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
- **PBL** - PROJETO BAÚ DE LEITURA
- **PETI** - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
- **SEC** - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
- **IDH** - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
- **IDEB** - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- **CREAS** - CENTRO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- **CRAS**- CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
- **FATRES** - FUNDAÇÃO DE APOIO AO TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA
- **APAEB ARACI** - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARACI
- **GT** - GRUPO DE TRABALHO DO CODES SISAL E OU BACIA DO JACUÍPE
- **CONDRAF** - COMITÊ PERMANENTE DE JUVENTUDE RURAL DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
- **PRONAF** - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
- **PEJR** - PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO DO JOVEM RURAL



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

- **MMTRS** - MOVIMENTOS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS
- **CONSEA** - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- **CMDCA** - CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
- **SPM BAHIA** - SECRETÁRIA ESTADUAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES
- **DAP** - DOCUMENTO DE APTIDÃO AO PRONAF
- **CMDDM** - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
- **CMS** - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

RECURSOS FINANCEIROS

- AP1MC
- INSTITUTO SOUZA CRUZ
- MDA- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
- MANUS UNIDAS
- PFIZER
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA
- PETROBRAS
- UNICEF
- DISOP
- SEDES
- ACTION AID
- ICEP
- ALTER BRASIL
- MMA
- HEIFER
- SEBRAE
- INGÁ
- SETRE
- CROSSING BORDERS
- SUAF



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

EQUIPE

DIRETORIA

A Diretoria eleita em abril de 2009 para o Biênio de 2009 – 2011 foi a seguinte:

A- Diretoria efetiva

Diretor Presidente: José Jerônimo de Moraes

Diretor Técnico: Albertino Carneiro

Diretor Administrativo: João Batista de Cerqueira

Diretor Financeiro: João Dias de Araújo

Diretora de Relações Públicas: Marineide Dias dos Santos

B- Conselho Fiscal

Roberto Celso Lima Cavalcante

Antônio José Gonçalves Souza

Patrícia Ferreira Nascimento de Oliveira

Suplentes:

Tereza Rocha de Souza

Urbano Carvalho

Gilca da Silva Carneiro Moraes

C- Secretário Executivo



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Naidison de Quintella Baptista

D- Coordenadora Pedagógica

Célia dos Santos Firmo

EQUIPE DE TRABALHO

A- Equipe Técnica Básica

Programa Água e Segurança Alimentar

Ana Glécia da Silva Almeida

Edmundo Luiz de Jesus

Érico de Santos Araújo

Gildo Carvalho Souza

Jobens Nascimento dos Santos

José Eugênio de Souza

Juliana Almeida Sales Dias

Julian Santiago Firmo

Jutaí Lima dos Santos

Kamilla Ferreira da Silva Santos

Nilton Sampaio Freire de Mello

Sandra Souza Queiroz

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Abimael Passos dos Santos



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Ana Dalva Souza Santana

Ângela Maria Cerqueira das Virgens

Gisleide do Carmo Oliveira

Ildes Ferreira de Oliveira

José Domingos Cavalcante Carvalho

José Ivamberg Ferreira Silva

Mariza Cerqueira das Virgens

Sidineia da Silva de Queiroz

Wellington da Silva Oliveira

Wilza Oliveira de Almeida

Programa de Comunicação

Daiane Almeida Ferreira

Lorena Amorim da Silva Morais

Nayara Cunha da Silva

Rachel Pinto de Santana

Programa de Educação do Campo

Ana Paula Duarte

Bernadete Carneiro

Francisca Fonseca

Francisca Maria Carneiro Baptista

Maria Madalena Silva

Michelle Rios Lopes



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Priscila Brasileiro

Rita de Cássia Cerqueira dos Santos

Vera Maria Oliveira Carneiro

Zhara Leite Souza

Vínculos Solidários

Cleonice dos Santos Oliveira

Programa de Gênero

Anísia Dias Neta

Maria Vandalva Lima de Jesus

Selma Glória de Jesus

Programa Juventude

Givaldo do Carmo Souza

Isabel de Almeida Santos

B – Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas de Cerqueira

Alexandro Lima de Meireles

Darlan de Lima Torres

Dinalva Leite das Virgens Cerqueira

Donato da Silva



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Edivânia Santos de Lima

Elivelton Guimarães da Silva

Everaldo Leite das Virgens

Fernanda Macedo Davi

Gilberto Carlos de Oliveira

Gilvan Rogério Vieira de Araújo

Gleide Dias de Almeida Cordeiro

Lorena Pereira

Luíz Silva Lima

Margarida Maria Pereira de Jesus

Maria das Graças Souza Bittencourt

Maria Jocerise de Souza

Maria Neuza Rios

Rosenice Alves de Souza

Rubemária dos Santos Costa

Sandra Regina Alves Vergne de Moraes

Soraia Jane Rios Carvalho

Tarciane Rios de Oliveira



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

FICHA TÉCNICA

Equipe de Elaboração dos textos:

Apresentação:

Naidison de Quintella Baptista

Programa Água e Segurança Alimentar:

Ana Glécia Almeida

Kamilla Ferreira da Silva Santos

Programa de Comunicação:

Daiane Almeida Ferreira

Lorena Amorim da Silva Morais

Nayara Cunha da Silva

Rachel Pinto de Santana

Programa de Educação do Campo:

Ana Paula Duarte

Bernadete Carneiro Santos

Francisca Carneiro Baptista

Francisca Fonseca

Priscila Brasileiro

Vera Maria Oliveira Carneiro



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar:

Ana Dalva Souza Santana

Gisleide do Carmo Oliveira

Programa de Gênero:

Anísia Dias Neta

Maria Vandalva Lima de Jesus

Selma Glória de Jesus

Programa de Juventude:

Givaldo do Carmo Souza

Isabel de Almeida Santos

Revisão dos textos:

Naidison de Quintella Baptista

Nayara Cunha da Silva

Rachel Pinto de Santana

Diagramação:

Rachel Pinto de Santana

FOTOS:

Arquivo MOC

Feira de Santana, Bahia

2012



A Contribuição do MOC para a Erradicação da Pobreza